



ELINE RIBEIRO MINUZZO DOS SANTOS

**ANÁLISE DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM ADMINISTRAÇÃO, NA  
FORMA INTEGRADA, DO IFAM/CAMPUS MANAUS ZONA LESTE: DO PROJETO  
ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

CANOAS, 2021

ELINE RIBEIRO MINUZZO DOS SANTOS

**ANÁLISE DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM ADMINISTRAÇÃO, NA  
FORMA INTEGRADA, NO IFAM/CAMPUS MANAUS ZONA LESTE: DO PROJETO  
ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Gestão, Educação e Políticas Públicas.

Orientação: Dr. Clóvis Trezzi

CANOAS, 2021

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237a Santos, Eline Ribeiro Minuzzo dos.  
Análise do curso técnico de nível médio em administração, na forma integrada, do IFAM/Campus Manaus zona leste: do projeto às práticas pedagógicas [manuscrito] / Eline Ribeiro Minuzzo dos Santos. – 2021.  
104 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2021.

“Orientação: Prof. Dr. Clovis Trezzi”.

1. Educação. 2. Educação profissional. 3. Educação técnica.  
4. Educação tecnológica. 5. Ensino médio. 6. Políticas públicas.  
I. Trezzi, Clovis. II. Título.

CDU: 37.035.3(81)

Bibliotecário responsável: Michele Padilha Dall Agnol de Oliveira - CRB 10/2350

ELINE RIBEIRO MINUZZO DOS SANTOS

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de mestra, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle – Minter Manaus.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. Claudionei Vicente Cassol  
Universidade Regional Integral do Alto Uruguai e das Missões /RS



---

Profª. Drª. Dirleia Fanfa Sarmento  
Universidade La Salle Canoas/RS



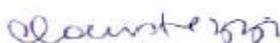
---

Prof. Dr. Renaldo Viera de Souza  
Universidade La Salle Canoas/RS



---

Prof. Dr. Roberto Carlos Ramos  
Universidade La Salle Canoas/RS



---

Prof. Dr. Clovis Trezzi  
Universidade La Salle Canoas/RS,  
Orientador e Presidente da Banca

**Área de Concentração:** Educação

**Curso:** Mestrado em Educação

Canoas, 20 de dezembro de 2021.

## RESUMO

SANTOS, E. R. M. *Análise do curso técnico de nível médio em administração, na forma integrada, no IFAM/campus Manaus Zona Leste: do projeto às práticas pedagógicas*. 2021. 104 f. Defesa (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade La Salle, Canoas - Rio Grande do Sul.

Esta dissertação está inserida na linha de pesquisa em Gestão, Educação e Políticas Públicas, tendo como objetivo geral discutir as concepções das professoras e dos professores que atuam no curso do Ensino Médio Integrado (EMI) em Administração, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), *campus* Manaus Zona Leste (CMZL), sobre a proposta formativa constante no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), descrevendo de que forma tal proposta se efetiva nas suas práticas pedagógicas cotidianas. O referencial teórico contribui para explicar o surgimento e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) no início do século XX, assim como o surgimento do EMI. Os pilares teóricos desse processo de investigação foram ancorados nos estudos das autoras e autores que se dedicam a contribuir com as políticas públicas educacionais voltadas para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), EMI e reformas educacionais no Brasil, como por exemplo, Ciavatta, Ramos, Moura, Frigotto e Machado. A metodologia utilizada é de cunho empírico, fazendo uso da técnica de pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, de natureza aplicada a um campo de estudo, com aspectos exploratórios-descritivos, adotando como fonte de coleta de dados, a análise do documento da legislação sobre o Curso do EMI em Administração, análise documental do PPC do EMI em Administração do CMZL e aplicação de questionário para as professoras e os professores que atuam no curso, disponibilizado online. O processo de análise e interpretação dos dados ancora-se na ferramenta analítica da Análise Textual Discursiva (ATD), com base em Moraes e Galiuzzi (2016), adotando-se como categorias empíricas de análise: (1) Atendimento à legislação pertinente a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), (2) Componentes da formação básica e técnica e (3) Práticas integradoras. A pesquisa permitiu concluir, dentre outros aspectos, que o PPC (2019) atende parcialmente às sinalizações da legislação educacional pertinente à EPTNM, de acordo com a Resolução Nº. 6/2012 do Conselho Nacional de Educação (CNE), referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEPTNM), especificamente em seu artigo 20, incisos IV e VIII. Percebe-se que o PPC (2019) apresenta uma concepção pedagógica ancorada na proposta filosófica e pedagógica do EMI, fundamentada na formação humana integral. Conclui, ainda, que os sujeitos investigados possuem uma compreensão parcial da proposta filosófica, pedagógica, política e metodológica do EMI e que mesmo o PPC (2019) abordando as várias possibilidades de integração, a maioria dos sujeitos investigados não conseguem identificar práticas integradoras e interdisciplinares.

Palavras-chave: Educação Profissional, Técnica e Tecnológica. Ensino Médio Integrado. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

SANTOS, E. R. M. *Analysis of the mid-level technical course in administration, in an integrated form, at IFAM / campus Manaus Zona Leste: from the project to the pedagogical practices*. 2021. 104 f. Defense (Master in Education) - Graduate Program in Education, La Salle University, Canoas - Rio Grande do Sul.

This text is aligned with research in Management, Education and Public Policy, with the general objective of discussing the teacher conceptions who work in the Integrated High School (EMI) in Administration course, at the Institute Federal of Education, Science and Technology of Amazonas (IFAM), Manaus East Zone *campus* (CMZL), regarding the proposal with constant formation in the Pedagogical Project of the Course (PPC), describing how such a point is effective in their pedagogical practices everyday. The theoretical references contribute to explain the emergence and expansion of the Federal Network for Professional, Scientific and Technology (RFEPCT) at the beginning of the 20th century, as well as the emergence of EMI. The Theorists base of this investigation process were based on studies of the authors who are dedicated to contributing to the policies educational publics focused on Professional Education and Technology (EPT), EMI and educational reforms in Brazil, as example, Ciavatta, Ramos, Moura, Frigotto and Machado. The methodology used is empirical, making use of the bibliographic and documentary research technique, with qualitative approach, applied to a field of study, with exploratory-descriptive aspects, adopting as a source of data collection, analysis of the legislation document on the Course of the EMI in Administration, documental analysis of the PPC of the EMI in Administration of the CMZL and application of a questionnaire for the teachers who work at the course, available online. The analysis process and data interpretation are based on analytical tool of the Discursive Textual Analysis (ATD), based on Moraes and Galiazzi (2016), adopting as empirical categories of analysis: (1) Compliance with legislation relevant to Technical Professional Education Intermediate Level (EPTNM), (2) Basic training components and technique and (3) Integrating practices. The research drove us to conclude, among other aspects, that the PPC (2019) partially meets the signs of educational legislation relevant to the EPTNM, of in accordance with Resolution N<sup>o</sup>. 6/2012 of the National Council of Education (CNE), referring to the National Curriculum Guidelines for the Level Technical Professional Education Medium (DCNEPTNM), specifically in its article 20, items IV and VIII. It is noticed that the PPC (2019) presents a conception pedagogical approach based in the EMI's philosophical and pedagogical proposal, related to integral human formation. It also concludes that we investigated subjects have a partial understanding of the proposal philosophical, pedagogical, political and methodological of the EMI and that even the PPC (2019) addressing the various possibilities of integration, a most of them can't identify integrative practices and interdisciplinary.

Keywords: Professional, Technical, and Technological Education. Integrated High School. Public policy.

## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 – Linha do Tempo dos IF's.....  | 26 |
| Figura 2 – Unidades, Cursos e Matrículas em Instituições Federais em 2019..... | 27 |
| Figura 3 – Matrículas de Cursos Integrados da RFEPCCT no ano de 2019 .....     | 36 |

## LISTA DE QUADROS

|   |    |
|---|----|
| Quadro 1 – Cursos Técnicos ofertados pelo CMZL .....  | 43 |
| Quadro 2 – Cursos de Graduação ofertados pelo CMZL .....  | 43 |
| Quadro 3 – Cursos de Pós-Graduação ofertados pelo CMZL.....   | 44 |
| Quadro 4 – Questões norteadoras quanto aos objetivos .....  | 49 |
| Quadro 5 – Delimitação do <i>corpus</i> da pesquisa.....  | 50 |
| Quadro 6 – Desmontagem dos textos, Reescrita e Captação do novo emergente do <i>corpus</i> da pesquisa I .....  | 52 |
| Quadro 7 – Desmontagem dos textos, Reescrita e Captação do novo emergente do <i>corpus</i> da pesquisa II ..... | 55 |
| Quadro 8 – Identificação do desenvolvimento de práticas integradoras e interdisciplinares.....                  | 62 |
| Quadro 9 – Formas de alinhar a proposta formativa do curso com às práticas educativas .....                     | 62 |
| Quadro 10 – Características que favorecem/dificultam a prática cotidiana como professora/professor .....        | 65 |
| Quadro 11 – Concepção das professoras e dos professores quanto a EPT do EMI                                     | 65 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |    |
|---|----|
| Gráfico 1 – Relação inscritos x vaga CMZL (2018-2021).....  | 45 |
| Gráfico 2 – Nível de conhecimento dos sujeitos da pesquisa sobre o PPC .....                                    | 59 |
| Gráfico 3 – Fatores que contribuem para o conhecimento/desconhecimento do PPC .....                             | 60 |
| Gráfico 4 – Proposta formativa e Práticas educativas.....   | 61 |
| Gráfico 5 – Caracterização do Curso do EMI em Administração sob a ótica das professoras e dos professores ..... | 63 |

## **LISTA DE TABELAS**

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 – Carga horária PPC 2018-2020 .....                                   | 38 |
| Tabela 2 – Carga horária PPC 2019-2021 .....                                   | 38 |
| Tabela 3 – N°. de Candidatos e Ano de ingresso por Cursos Ofertados no CMZL... | 44 |

## LISTA DE SIGLAS

|          |   |
|----------|---|
| AM       | Amazonas  |
| ATD      | Análise Textual Discursiva  |
| CAM      | <i>campus</i> Avançado Manacapuru   |
| CAPES    | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior   |
| CBO      | Classificação Brasileira de Ocupações   |
| CEFET    | Centro Federal de Educação Tecnológica  |
| CMZL     | <i>campus</i> Manaus Zona Leste   |
| CNCT     | Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos   |
| CNE      | Conselho Nacional de Educação   |
| CONSUP   | Conselho Superior   |
| DG       | Direção Geral   |
| DCNEPTNM | Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio                             |
| EBTT     | Ensino Básico, Técnico e Tecnológico  |
| EMI      | Ensino Médio Integrado  |
| EPT      | Educação Profissional e Tecnológica   |
| EPTNM    | Educação Profissional Técnica de Nível Médio  |
| EPTT     | Educação Profissional, Técnica e Tecnológica  |
| IBGE     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística   |
| IFAM     | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas   |
| IF       | Instituto Federal   |
| LDB      | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  |
| PDI      | Plano de Desenvolvimento Institucional  |
| PNP      | Plataforma Nilo Peçanha   |
| PPC      | Projeto Pedagógico de Curso   |
| PPPI     | Projeto Político Pedagógico Institucional   |
| PROEJA   | Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos |
| RFEPCT   | Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica   |
| RS       | Rio Grande do Sul   |

|           |   |
|-----------|---|
| SEDECTI   | Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação |
| SEMTEC    | Secretaria de Educação Média e Tecnológica  |
| SETEC/MEC | Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação       |
| TCLE      | Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento                                     |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....   | <b>13</b> |
| <b>2 ASPECTOS TEÓRICOS</b> .....  | <b>21</b> |
| <b>2.1 Das Escolas de Aprendizes e Artífices à criação e expansão da RFEPCT</b> ..  | <b>21</b> |
| <b>2.2 EMI na RFEPCT</b> .....  | <b>27</b> |
| 2.2.1 <i>Formação Humana</i> .....  | 30        |
| 2.2.2 <i>Formação Politécnica</i> .....   | 34        |
| 2.2.3 <i>Formação Omnilateral</i> .....   | 35        |
| <b>2.3 Implementação do Curso Técnico do EMI em Administração do IFAM/CMZL</b><br>.....   | <b>36</b> |
| <b>3 METODOLOGIA</b> .....  | <b>40</b> |
| <b>3.1 Abordagem de pesquisa</b> .....  | <b>40</b> |
| <b>3.2 Unidade de Estudo</b> .....  | <b>41</b> |
| <b>3.3 Sujeitos do Estudo</b> .....   | <b>45</b> |
| <b>3.4 Instrumentos de coleta de dados</b> .....  | <b>46</b> |
| <b>3.5 Técnica de análise de dados</b> .....  | <b>47</b> |
| <b>4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS</b> .....   | <b>49</b> |
| <b>4.1 Análise do documento da legislação sobre o Curso do EMI em Administração</b><br>.....  | <b>52</b> |
| <b>4.2 Análise documental do PPC do Curso do EMI em Administração</b> .....   | <b>55</b> |
| <b>4.3 Análise sob a concepção dos sujeitos</b> .....   | <b>59</b> |
| <b>4.4 Novos Emergentes: Construção dos Metatextos</b> .....  | <b>66</b> |
| 4.4.1 <i>Atendimento à legislação pertinente a EPTNM</i> .....  | 67        |
| 4.4.2 <i>Componentes da formação básica e técnica</i> .....   | 68        |
| 4.4.3 <i>Práticas Integradoras</i> .....  | 73        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | <b>77</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | <b>80</b> |
| <b>APÊNDICE A – Levantamento de Teses e Dissertações da Coordenação de</b><br><b>Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)</b> ..... | <b>86</b> |
| <b>APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</b> .....  | <b>87</b> |
| <b>APÊNDICE C – Questionário Professora/Professor</b> .....   | <b>90</b> |
| <b>ANEXO A – Carta de Anuência</b> .....  | <b>92</b> |

|  |     |
|--|-----|
| ANEXO B – Folha de Rosto Plataforma Brasil/Comitê de Ética.....      | 93  |
| ANEXO C – Parecer do Comitê de Ética Universidade La Salle.....      | 94  |
| ANEXO D – Parecer do Comitê de Ética IFAM .....                      | 98  |
| ANEXO E – Construção do Colégio Agrícola, endereço atual (1970)..... | 103 |
| ANEXO F – Fachada do <i>campus</i> Manaus Zona Leste.....            | 103 |
| ANEXO G – Mapeamento dos <i>campi</i> do IFAM .....                  | 104 |

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, intitulada como: “Análise do Curso Técnico de Nível Médio em Administração, na forma integrada, no IFAM/campus Manaus Zona Leste: do projeto às práticas pedagógicas”, tem como campo de estudo o IFAM/CMZL e insere-se na linha de pesquisa em Gestão, Educação e Políticas Públicas do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade La Salle. Esta linha de pesquisa

[...] investiga a gestão de sistemas de ensino e/ou de instituições educativas, no contexto das políticas públicas sociais, considerando as diferentes concepções teóricas de estado e de cidadania; focaliza os mecanismos de produção das desigualdades sociais e educacionais, confrontando-as com as políticas públicas e sociais; e desenvolve pesquisas para subsidiar diagnósticos, análises, proposições, programas e projetos nas áreas das políticas públicas (UNIVERSIDADE LA SALLE, 2020).

O ponto de partida da pesquisa é a proposta formativa do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Curso Técnico de Ensino Médio Integrado (EMI) em Administração do IFAM/CMZL. Investigou-se a proposta e a maneira como ela se efetiva nas práticas pedagógicas cotidianas, considerando a importância da educação profissional para as alunas e os alunos matriculados.

No Brasil, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) iniciou-se por meio de um processo de construção social que visa qualificar e educar o cidadão com bases científicas e ético-políticas, através da compreensão da tecnologia como uma produção do ser social, que estabelece relações sócio-históricas e culturais de poder (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – SETEC/MEC, 2004).

Nesta pesquisa, adota-se a compreensão de política pública como o conjunto de programas, ações e decisões tomadas pelos governos, com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados, com o objetivo de assegurar o direito de cidadania aos mais variados grupos inseridos na sociedade, “À luz dos elementos conceituais que subsidiaram a criação dos Institutos Federais, afirma-se a educação profissional e tecnológica como uma política pública.” (SETEC/MEC, 2010, p.7).

As Políticas Públicas de EPT são consideradas estratégias para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, porém, para que isso ocorra Feres (2018, p. 4) ressalta que “[...] ela deve estar diretamente vinculada ao projeto de

sociedade em curso [...]”, caso contrário, “[...] a educação passa a ter papel secundário, podendo tornar-se estagnada e uma barreira a mais para o desenvolvimento social e econômico do país.”.

A partir da Lei Nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a RFEPCT e criou os Institutos Federais (IF's), foi possível a ampliação do número de escolas federais de EPT nas áreas mais remotas, de norte a sul, do Brasil.

A Lei Nº 9.394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada no dia 20 de dezembro de 1996, também passou a prever a EPT no art. 39 através de uma nova redação dada pela Lei Nº. 11.741/2008:

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (BRASIL, 2008).

O meu interesse e a motivação pelo tema dar-se pelo fato de ter ingressado, em 2015, na carreira de docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) do IFAM.

De 2015 a 2019 estive lotada no *campus* Avançado Manacapuru (CAM), localizado a cerca de 70 km de Manaus, atuando nos Cursos Técnicos de Nível Médio na forma Subsequente de Administração e Secretariado, Técnico de Nível Médio na forma Integrada de Administração e Nível Médio na forma Profissionalizante de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

No CAM, tive oportunidade de trabalhar como Coordenadora do Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios do Curso Técnico de Nível na forma Subsequente de Administração, Secretariado e PROEJA de Vendas de 2015 a 2018 e como Coordenadora do Curso Técnico de Nível Médio na forma Integrada e Subsequente de Administração de 2018 a 2019.

Desde 2016 venho contribuindo com trabalhos técnicos para a elaboração e a reestruturação do PPC do EMI em Administração no CAM. Em 2018, presidi a

comissão de avaliação, estruturação e harmonização dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) do IFAM ligados ao eixo tecnológico de gestão e negócios.

Atualmente, encontro-me lotada no CMZL, atuando nos Cursos Técnico de EMI em Administração, Técnico de Nível Médio na forma PROEJA de Administração e Técnico de Nível Médio na forma Subsequente de Secretariado.

A pesquisa resulta na elaboração da dissertação do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação, nível de Mestrado, da Universidade La Salle de Canoas (RS) em parceria com a Faculdade La Salle de Manaus (AM). Esse estudo está inserido na linha de pesquisa em Gestão, Educação e Políticas Públicas, com a finalidade de ampliar os conhecimentos sobre as políticas públicas implementadas pela gestão, assim como contribuir com a comunidade local.

Esta pesquisa, empírica, faz uso da técnica de pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, de natureza aplicada a um campo de estudo, com aspectos exploratórios-descritivos, adotando como fonte de coleta de dados, a análise do documento da legislação sobre o Curso do EMI em Administração, análise documental do PPC do EMI em Administração e a aplicação de questionário online para as professoras e os professores que atuam no curso. A metodologia utilizada para a análise dos dados é a Análise Textual Discursiva (ATD) com base em Moraes e Galiazzi (2016).

A base teórica para esta pesquisa está focada em pesquisadores que dedicam seus estudos para contribuir com as políticas públicas educacionais voltadas para a EPT, EMI e reformas educacionais no Brasil, destacando-se: Maria Ciavatta (2005, 2014), Marise Nogueira Ramos (2008, 2009, 2010, 2014, 2017), Dante Henrique Moura (2007, 2013, 2014, 2015, 2018), Gaudêncio Frigotto (2008, 2010, 2016) e Lucília Regina de Souza Machado (2010).

É importante mencionar que este projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade La Salle com o número CAAE 48077121.2.0000.5307 e aprovado sob o número do parecer 4.864.346, assim como, ao Comitê de Ética do IFAM com o número CAAE 48077121.2.3001.8119 e aprovado sob o número do parecer 4.992.533.

A pesquisa justifica-se pela relevância e contribuição pessoal-profissional, social e acadêmico-científica, pois, para Marconi e Lakatos (2017, p. 144) a justificativa da pesquisa:

É o único item do projeto que apresenta respostas à questão por quê? De suma importância, geralmente é o elemento que contribui mais diretamente na aceitação da pesquisa pela(s) pessoa(s) ou entidades que vão financiá-la. Consiste numa exposição sucinta, porém completa, das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que tornam importante a realização da pesquisa.

No âmbito pessoal e profissional o tema agrega conhecimento para o crescimento e desenvolvimento do capital intelectual, tendo em vista que faço parte do quadro efetivo de servidores do campo estudado desde 2015, assim como da comunidade em que ela está inserida, além de promover o envolvimento com a pesquisa, tornando-me uma profissional habilitada a contribuir com a sociedade.

Meu envolvimento com a EPT no IFAM já foi descrito anteriormente. Então, reitero a importância desse envolvimento para minha formação e minha história de vida, destacando um dos pilares da EPT que é a indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, também conhecidos como o tripé da EPT.

A educação exige, cada vez mais, profissionais qualificados para atender a produção e os serviços que ofertam, tanto no que se refere às inovações tecnológicas quanto às mudanças organizacionais.

As políticas públicas educacionais da EPT estão vinculadas às políticas de desenvolvimento econômico em nível local, regional e nacional, tornando-se essenciais para a redução das desigualdades. Percebe-se assim, a relevância da pesquisa em cooperação com a sociedade, como afirma a Concepção e Diretrizes da SETEC/MEC (2010, p. 7) quando se refere ao sentido da política pública, que deve

[...] estar comprometida com o todo social, como algo que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural, etc.); e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional) de modo a provocar impactos nesse universo.

A Zona Leste é a maior região do município de Manaus, em extensão e população, composta por onze bairros oficiais de classe média e baixa, com uma

população média estimada em quinhentos e quarenta e dois mil e quinhentos e noventa e três habitantes e uma renda mensal de aproximadamente oitocentos e vinte reais, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI) em 2019.

Segundo Freitas (2016), a Zona Leste de Manaus concentra a maior parte da favela do município, possui aproximadamente onze mil estabelecimentos comerciais formais, três shoppings e cerca de quatro mil estabelecimentos informais, sendo considerada a “mina de ouro” do comércio amazonense.

Desta maneira, o tema explana que a EPT deve contribuir para a formação de uma sociedade igualitária, sendo sua forma de ingresso uma oportunidade, aos jovens estudantes, para as diversas possibilidades de futuro.

Considera-se significativa a relevância da pesquisa para o meio científico e acadêmico, pois, visa proporcionar a evolução e o desenvolvimento do conhecimento dos saberes sobre políticas públicas educacionais para EPT, que abrange o EMI. Saliento que para fundamentar esta pesquisa, primeiramente, foi realizada a pesquisa bibliográfica, através do Banco da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Como o resultado foi exíguo, percebe-se a importância de novos estudos nessa área.

A revisão da literatura é elemento fundamental de uma pesquisa. Para Marconi e Lakatos (2017, p. 148),

Pesquisa alguma parte hoje da estaca zero. Mesmo que exploratória, isto é, de avaliação de uma situação concreta desconhecida, em um dado local, alguém ou um grupo, em algum lugar, já deve ter feito pesquisas iguais ou semelhantes, ou mesmo complementares de certos aspectos da pesquisa pretendida. Uma procura de tais fontes, documentais ou bibliográficas, toma-se imprescindível para a não duplicação de esforços, a não "descoberta" de ideias já expressas, a não-inclusão de lugares-comuns no trabalho.

O levantamento bibliográfico, através do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, deu início à revisão da literatura, para contextualizar o tema investigado.

Em um primeiro momento, se fez o uso da expressão: “implementação políticas públicas IFAM” em um espaço temporal entre os anos de “2013 e 2019”, na instituição “Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas”. O resultado

obtido foi de oitenta e dois trabalhos entre dissertações e teses; destes, apenas dois contribuíram, na minha concepção, para o EMI e análise do PPC.

Deu-se continuidade à busca, com as expressões “implementação políticas públicas EPT”, aplicadas ao mesmo espaço temporal anterior, porém, agora, na instituição “Universidade Federal do Amazonas”. Como resultado se obteve trezentos e quarenta e um trabalhos; destes, quatro trabalhos entre dissertações e teses foram selecionados que, segundo minha concepção, contribuíram para agregar conhecimento ao que se refere a políticas públicas EPT na região do AM.

Em um terceiro momento, fez-se busca pelas expressões “historicidade políticas públicas EPT”, no mesmo espaço temporal anterior, aplicado na área de conhecimento em “Educação”, inseridos nos programas de “Educação Profissional”, o que resultou em trinta e quatro trabalhos entre dissertações e teses. Dentre estes trabalhos foram selecionados três, que segundo minha concepção, contribuíram para a contextualização teórica.

Lüdke e André (2018 p. 55) afirmam que “Relacionar as descobertas feitas durante o estudo com o que já existe na literatura é fundamental para que se possam tomar decisões mais seguras sobre as direções em que vale a pena concentrar o esforço e as atenções.”.

O quarto passo foi buscar em artigos e livros digitais ou impressos que explorassem a EPT, que contribuíram como norteadores no decorrer deste projeto de pesquisa de dissertação.

Diante desse contexto, o presente estudo tem o intuito de refletir, sob o ponto de vista das professoras e dos professores, que atuam no Curso do EMI em Administração, no IFAM/CMZL, sobre a proposta formativa constante no PPC, descrevendo de que forma tal proposta se efetiva nas suas práticas pedagógicas cotidianas.

Novas pesquisas na área da EPT são fundamentais, especialmente ao se considerar o contexto da educação brasileira e o pouco tempo de existência dos IF's. Como são instituições jovens, essas pesquisas auxiliam a fortalecer, tanto a EPT quanto os IF's com relação às suas posições na sociedade.

Compreender o contexto de desenvolvimento do EMI no âmbito do IFAM, sob a ótica do Curso Técnico do EMI em Administração do CMZL, justifica-se por contribuir para a fomentação da materialização do PPC do EMI do IFAM/CMZL e uma

possibilidade da construção de conhecimentos a contribuir para os processos educacionais da Instituição.

Sabe-se que o problema é a primeira etapa do método da pesquisa, como relatam Marconi e Lakatos (2017, p.69):

A primeira etapa do método proposto por Popper é o surgimento do problema. Nosso conhecimento consiste em um conjunto de expectativas que formam como que uma moldura. A quebra dessa expectativa provoca uma dificuldade: o problema que vai desencadear a pesquisa. Toda investigação nasce de algum problema teórico/prático sentido, que dirá o que é relevante ou irrelevante observar, os dados que devem ser selecionados. Essa seleção exige uma hipótese, conjectura e/ou suposição, que servirá de guia ao pesquisador.

Sendo a educação um fator determinante para transformação da vida de jovens estudantes e considerando o cenário social, político, geográfico e econômico em que o *campus* está inserido, a pesquisa tem o propósito de conhecer os alicerces da EPT descritos no PPC do Curso Técnico do EMI em Administração, especificamente do IFAM/CMZL, evidenciando através da análise do que expressa o PPC e no resultado da efetivação da sua proposta formativa quanto às concepções das professoras e dos professores na prática pedagógica cotidiana.

Assim, questiona-se: Quais as concepções das professoras e dos professores que atuam no Curso do EMI em Administração, no IFAM/CMZL, sobre a proposta formativa constante no PPC e de que forma tal proposta se efetiva nas suas práticas pedagógicas cotidianas?

Deste modo, busca-se discutir os fundamentos que embasam a prática educativa do IFAM/CMZL no processo de formação de jovens técnicos do EMI em administração, bem como examinar a existência de omissão, compatibilidade ou dissonância entre os pressupostos contidos em seu PPC, através da visão da Professora e do Professor.

Sendo assim, definiram-se os objetivos para responder ao problema da pesquisa, que em consonância com Gil (2002, p. 112), “[...] os objetivos gerais referem-se a conceitos mais ou menos abstratos, os específicos referem-se a características que podem ser observadas e mensuradas em determinado grupo.”.

O objetivo geral definido é discutir as concepções das professoras e dos professores que atuam no Curso do EMI em Administração, no IFAM/CMZL, sobre a

proposta formativa constante no PPC, descrevendo de que forma tal proposta se efetiva nas suas práticas pedagógicas cotidianas.

Nessa perspectiva foram definidos os objetivos específicos, sendo estes:

a) Apresentar, a partir da legislação vigente, os pressupostos que fundamentam a proposição do Curso do EMI.

b) Descrever, com base no PPC, a proposta formativa do Curso do EMI em Administração.

c) Identificar as concepções das professoras e dos professores, que atuam no Curso do EMI em Administração, sobre a proposta formativa constante no PPC.

d) Analisar, a partir das concepções das professoras e dos professores, as aproximações e distanciamentos entre suas práticas pedagógicas cotidianas e a proposta formativa do Curso do EMI em Administração constante no PPC.

Este relatório de pesquisa está estruturado da seguinte forma:

Introdução, onde é contextualizada a pesquisa com uma breve apresentação do tema pesquisado, demonstrando a sua relevância, bem como o problema e os objetivos de pesquisa, uma descrição da forma como a pesquisa foi conduzida e o processo da análise.

O capítulo I dedica-se a descrever a trajetória histórica da RFEPCT, ao longo de mais de cem anos da sua existência, assim como refletir sobre o contexto do EMI na RFEPCT, e ainda, descrever a proposta formativa do EMI e os elementos fundamentais à prática pedagógica, com relação ao processo de implementação do Curso Técnico do EMI em Administração do IFAM/CMZL.

O capítulo II versa sobre os elementos relacionados aos caminhos metodológicos percorridos para que os objetivos sejam alcançados.

O capítulo III apresenta a análise e os resultados obtidos durante a pesquisa.

Considerações finais, traça-se uma síntese do processo textual dissertativo para se ter uma compreensão do todo.

## 2 ASPECTOS TEÓRICOS

Este capítulo descreve a trajetória histórica sobre a RFEPCT com foco no seu contexto social, político e econômico desde as Escolas de Aprendizes e Artífices, em 1909, até a expansão da RFEPCT, iniciada em 1997. Para além da trajetória histórica, o capítulo descreve a proposta do EMI à Educação Profissional da RFEPCT e a implementação do Curso Técnico do EMI em Administração do IFAM/CMZL.

### 2.1 Das Escolas de Aprendizes e Artífices à criação e expansão da RFEPCT

Com o objetivo de profissionalizar as camadas sociais marginalizadas, o presidente Nilo Peçanha, através do Decreto<sup>1</sup> Nº. 7.566, de 23 de setembro de 1909, criou as Escolas de Aprendizes e Artífices:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em execução da lei n. 1.606, de 20 de dezembro de 1906:

Considerando:

Que o augmento constante da população das cidades exige que se facilite ás classes proletarias os meios de vencer as difficuldades sempre crescentes da lucta pela existencia;

Que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo technico e intellectual, como fazel-os adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime;

Que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis á Nação:

Decreta:

Art. 1º Em cada uma das capitaes dos Estados da Republica o Governo Federal manterá, por intermedio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio uma Escola de Aprendizes Artifices, destinada ao ensino profissional primario e gratuito (BRASIL, 1909).

Inicialmente, foram criadas dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices no país, visando o ensino profissional, primário e gratuito, nos Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

Em 1927, o Congresso Nacional sancionou o Projeto de Fidélis Reis, onde previa, obrigatoriamente, a oferta do ensino profissional no país.

---

<sup>1</sup> A grafia da época foi conservada.

As Escolas de Aprendizes e Artífices passaram a ser supervisionadas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública através da Inspetoria do Ensino Profissional Técnico a partir de 1930.

Em 1937, foi promulgada a nova Constituição Brasileira, onde pela primeira vez abordou o ensino técnico, profissional e industrial, conforme o artigo 129:

A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (BRASIL, 1937).

Com a Lei Nº. 378, de 13 de janeiro de 1937, ocorreu a transformação das Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.

Na Reforma Capanema, em 1941, onde vigoravam uma série de leis, passou a ser abordada com destaque a formalização do ensino profissionalizante como ensino médio, a obrigatoriedade de exames de admissão para que a sociedade pudesse ingressar nas Escolas Industriais e a divisão dos cursos, sendo o primeiro, em curso básico industrial, artesanal, aprendizagem e maestria e o segundo, em curso industrial.

Por meio do Decreto Nº. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, os Liceus Industriais foram transformados em Escolas Industriais e Técnicas, oferecendo, assim, a formação profissional em nível equivalente ao do secundário.

A industrialização no Brasil foi impulsionada com a participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, bem como pelo empréstimo financeiro dos Estados Unidos ao Brasil durante o Governo de Getúlio Vargas, em 1944.

Cardoso (2013, p. 212) destaca que

Os desenvolvimentistas típicos dos anos 1950 e 1960 identificavam desenvolvimento com crescimento econômico, apoiado na industrialização, que aceitavam como sendo de fato o caminho a seguir num país como o Brasil. [...] tendo em vista que a industrialização se fazia por meio de grandes corporações multinacionais e recorrendo a vultosos financiamentos e empréstimos internacionais.

Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas passaram a ser autarquias denominadas de Escolas Técnicas Federais, com autonomia didática e de gestão. Porém, foi somente em 20 de dezembro de 1961 que o ensino profissional passou a ser considerado equivalente ao ensino acadêmico, através da Lei N°. 4.024, que fixava pela primeira vez as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Entre 1956 e 1961, o país era governado por Juscelino Kubitschek de Oliveira, um dos objetivos de seu governo era formar profissionais por meio das metas de desenvolvimento do país, estreitando a relação entre Estado e economia. Este período foi marcado por diversas mudanças na política de educação profissional.

Em 19 de maio de 1967, o Decreto N°. 60.731 transferiu as Fazendas Modelos do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura, passando a funcionar como Escolas Agrícolas, com o objetivo de formar trabalhadores agrícolas.

A LDB, em 1971, colocou como obrigatório no currículo do segundo grau o técnico profissional, com o novo paradigma de formar, em caráter de urgência, técnicos para o mercado de trabalho.

Em 1971, durante a ditadura militar, conforme Ciavatta (2014, p. 60),

[...] há a reforma pela Lei 5692/71 que é um retrocesso e uma ilusão a população de que todos serão iguais, pois todos irão cursar o ensino profissional, o que, de fato, não ocorreu, porque a profissionalização, posteriormente, tornou-se opcional pois não houve investimento em infraestrutura para de fato ocorrer a reforma, e porque as classes dominantes não queriam que seus filhos tivessem formação técnica, e sim, formação universitária.

Em 30 de junho de 1978, a Lei N°. 6.545, transformou as Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's).

Na década de 80, a economia do Brasil foi atingida pela globalização, associando a aplicação da tecnologia a uma nova configuração dos processos de produção.

A década de 1980, conforme aponta Ramos (2010, p. 44),

[...] foi rica em debates sobre os rumos a serem dados à educação brasileira. Fechando-se o ciclo da ditadura civil-militar, a mobilização nacional para a transição democrática levou à instalação do Congresso Nacional Constituinte em 1987. A sociedade civil organizada, a partir de suas entidades educacionais e científicas, mobilizou-se fortemente pela incorporação do direito à educação pública, laica, democrática e gratuita na Constituição.

Em 8 de dezembro de 1994, por meio da Lei Nº. 8.948 instituiu-se o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que de forma gradativa foi transformando as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrícolas Federais em CEFET's.

Somente em 20 de dezembro de 1996, a Lei Nº. 9.394 passou a prever a EPT na LDB, “[...] fazendo uma intervenção social crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade.” (SETEC/MEC, 2008-2010, p. 5).

Em 17 de abril de 1997, o Decreto Nº. 2.208 passou a regulamentar a educação profissional e criou o Programa de Expansão da Educação Profissional.

No ano de 2004, o Decreto Nº. 5.154 permitiu a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio:

Art. 1º A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

- I - qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores;
- II - educação profissional técnica de nível médio; e
- III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação (BRASIL, 2004).

As transformações foram possíveis através de parcerias firmadas com os Estados, Municípios e Distrito Federal, com o setor produtivo ou com organizações não governamentais, tornando-as responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino, instituída pela Lei Nº. 11.195 de 18 de novembro de 2005.

Ainda no ano de 2005 iniciou-se a primeira fase do Plano de Expansão da RFEPCT, com a previsão da criação de quatrocentas unidades de ensino. Esta primeira fase foi marcada pela construção de sessenta novas unidades de ensino e pela transformação do CEFET do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No ano seguinte, o Decreto Nº. 5.773 passou a tratar sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

No mesmo ano, 2006, foi instituído o PROEJA, no âmbito do governo federal, através do Decreto Nº. 5.840. O ano ainda foi marcado com o lançamento do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

A segunda fase do Plano de Expansão da RFEPCT iniciou-se em 2007 com o objetivo de ter trezentas e cinquenta e quatro unidades até 2010. Neste mesmo ano foi lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT).

Conforme a SETEC/MEC (2007, p. 4), o Decreto Nº. 6.302/2007 instituiu o Programa Brasil Profissionalizado, com o objetivo de

[...] estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional, considerando a realidade concreta no contexto dos arranjos produtivos e das vocações sociais, culturais e econômicas locais e regionais, por meio da prestação de assistência financeira para construção, ampliação, modernização e adequação de espaço físico; construção de laboratórios de física, química, biologia, matemática, informática e os recomendados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos da SETEC; aquisição de acervo bibliográfico; material de consumo e formação de docentes, gestores e pessoal técnico-administrativo.

A criação dos IF's foi consolidada pela Lei Nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Silva (2009, p. 8) afirma que

O foco dos institutos federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas a inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias. Estas instituições devem responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Nota-se que ao longo dos anos os IF's passaram por diversas transformações, como demonstrado na Figura 1.

**Figura 1 – Linha do Tempo dos IF's**



Fonte: Adaptado pela Autora de <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/mapa.pdf> (2008-2010). Acesso em: 30 out. 2020.

O ano de 2009 foi marcado pelo centenário da RFEPCT. Nesse ano e no ano seguinte, o MEC promoveu uma série de eventos, como por exemplo, o Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (23 a 27 de novembro de 2009), a Exposição Fotográfica Itinerante, os Jogos Estudantis da Rede Federal (2010), o Festival de Arte e Cultura da Rede Federal (2010) e a Publicação dos Livros históricos-documentais, do Fotobiografia da Rede e da História do Ensino Agrícola.

A terceira fase do Plano de Expansão RFEPCT iniciou-se em 2011 com o objetivo de ter duzentas e oito novas unidades até 2014. Em 20 de setembro de 2012, o Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Resolução Nº. 6<sup>2</sup>, definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEPTNM).

Em 2018, os IF's contavam com seiscentas e cinquenta e nove unidades, sendo que seiscentas e quarenta e três unidades já estavam funcionando em todo o país. A somatória das unidades, nas três fases de expansão, foi maior do que prevista inicialmente totalizando, em 2005, mais de quinhentas novas unidades.

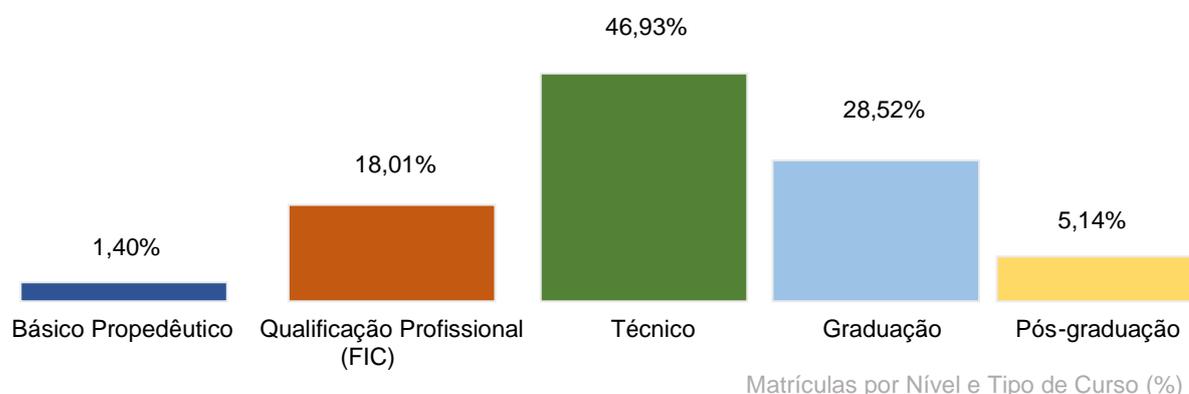
Até 2019, últimos dados fornecidos pela SETEC/MEC, a RFEPCT estava composta por trinta e oito IF's, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, dois CEFET's, vinte e duas Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II, totalizando seiscentas e sessenta e uma unidades distribuídas entre as vinte e sete unidades federativas do Brasil.

Conforme os últimos dados da Plataforma Nilo Peçanha – PNP (2020), ano base de 2019, observa-se, na Figura 2, a oferta de dez mil, oitocentos e oitenta e oito cursos pela RFEPCT, distribuídos nas seiscentas e cinquenta e três unidades com o total de um milhão, vinte e três mil, trezentos e três de estudantes matriculados.

<sup>2</sup> Revogada pela Resolução CNE/CP Nº. 1, de 5 de janeiro de 2021.

**Figura 2 – Unidades, Cursos e Matrículas em Instituições Federais em 2019**

| Unidades | Cursos | Matrículas | Ingressantes | Concluintes | Vagas   | Inscritos |
|----------|--------|------------|--------------|-------------|---------|-----------|
| 653      | 10.888 | 1.023.303  | 443.682      | 203.612     | 496.333 | 2.011.411 |



Fonte: Adaptado pela Autora de <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 01 set. 2021.

Como dito no início deste capítulo, a RFEPCT foi criada para os desprovidos e marginalizados pela sociedade, sendo atualmente estruturada para que todo cidadão tenha acesso ao meio científico e tecnológico, tendo como prioridade o EMI, que vem sendo implantado na RFEPCT desde 2005.

## 2.2 EMI na RFEPCT

A partir de 2004, com o Decreto Nº. 5.154, iniciou-se uma articulação mais fecunda da EPT com a Educação Básica. O relator do Parecer do CNE/CEB Nº. 39/2004, afirma que

A “articulação” é a nova forma de relacionamento entre a Educação Profissional e o Ensino Médio. Não é mais adotada a velha fórmula do “meio a meio” entre as partes de educação geral e de formação especial no Ensino Médio, como havia sido prevista na reforma ditada pela Lei nº 5.692/71.

podendo ser ofertada não só na modalidade integrada como também nas modalidades subsequentes e concomitantes, conforme o quarto artigo, parágrafo primeiro:

Art. 4º [...]

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à

habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou estejam cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de Inter complementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

Vale ressaltar, que nesta pesquisa, destaca-se o Ensino Médio Integrado. O termo integrar, segundo Ciavatta (2005, p. 2) significa

[...] tornar íntegro, tornar inteiro, o que? No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfatizar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

O ensino integrado é o conjunto das possibilidades de trabalhar vários aspectos da vida do sujeito, não só conteudista, mas, proporcionar que o sujeito atue em seu meio.

Moura (2014, p. 56) destaca que “Assim, ratifica-se a importância da formação humana integral, omnilateral, na perspectiva da autonomia e da emancipação que vai tornar viável a inserção do país de forma autônoma nessa ‘outra globalização’.”

Cabe mencionar que para Ciavatta (2014, p. 51),

A formação integrada, produto de muitas controvérsias e marcada por dificuldades, é uma concepção nova que está sendo pautada em função da busca de uma educação de qualidade socialmente referenciada e que engloba diversos problemas. Essa política incorpora um conjunto de preocupações e tenta responder os diversos tipos de questões que se apresentam no interior da escola média brasileira.

Para Ramos (2010, p. 43),

A possibilidade de o ensino médio preparar os estudantes para o exercício de profissões técnicas, por sua vez, corresponde ao reconhecimento de necessidades concretas dos jovens brasileiros, de se inserirem no mundo do trabalho. Necessidade esta que não podemos ignorar; ao contrário, garantir a formação básica unitária e a possibilidade de formação profissional, nesses termos, é um compromisso ético-político da sociedade.

Neste sentido, o EMI busca garantir a integração da educação básica por meio de conhecimentos científicos, gerados de forma histórica por nossa sociedade, com as perspectivas da formação profissional.

Segundo Ramos (2008, p. 3), há duas bases investigativas sobre a educação integrada, sendo a primeira, “[...] um tipo de escola que não seja dual, ao contrário, seja unitária, garantindo a todos o direito ao conhecimento;”, e a segunda seria “[...] uma educação politécnica, que possibilita o acesso à cultura, à ciência, ao trabalho, por meio de uma educação básica e profissional.”.

Quando se trata a educação como formação unilateral, ela está sendo direcionada para um único sentido, geralmente o sentido tecnicista, instrumental e fragmentado, visto que o sistema capitalista necessita da formação do sujeito para mão-de-obra, pois é marcado pela desigualdade social e pelo trabalho alienado, sendo assim o oposto da formação politécnica e omnilateral, abordadas especificamente, no item 2.2.2 e, igualmente, no decorrer do texto por constituir-se em conceito estreitamente vinculado com a temática e as bases teóricas desenvolvidas nessa dissertação.

Em dezembro de 2007, a SETEC/MEC instituiu o documento base da educação profissional técnica de nível médio integrada no ensino médio, coordenado por Dante Henrique Moura:

[...] o PDE propõe sua consolidação jurídica na LDB, com o acréscimo de uma seção especificamente dedicada à articulação entre a educação profissional e o ensino médio, denominada “Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio”, e pelo financiamento para a melhoria da qualidade do ensino médio integrado e ampliação de sua oferta nos sistemas de ensino estaduais por meio do Programa Brasil Profissionalizado, instituído pelo Decreto no. 6.302, de 12 de dezembro de 2007 (SETEC/MEC, 2007, p. 4).

A formação integrada parte da ideia de fortalecer o ser humano, que historicamente, foi dividido pela “[...] divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar.” (SETEC/MEC, 2007, p. 41).

Com a Lei Nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, fica evidente a prioridade de atendimento e atuação dos IF's em ofertar o EMI:

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; (BRASIL, 2008).

Silva (2009, p. 42) relata que

Não é por acaso que a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio está colocada em primeiro lugar no elenco dos objetivos dessas instituições. Há a explícita intencionalidade de que os Institutos tenham sua maior atuação nesse nível de formação (o que é confirmado no artigo 8º da presente lei). Tal direcionamento é aliado ao interesse de que sejam ofertados prioritariamente na forma integrada ao ensino médio, nos termos do inciso I, do artigo 36-C, da Lei nº 9.394/96: “oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno”.

Os cursos do EMI são aqueles cuja formação técnica e básica ocorrem de forma integrada, numa perspectiva de formação humana integral tanto para os concluintes do ensino fundamental quanto para a educação de jovens e adultos (SETEC/MEC, 2007).

Ao abordar a temática de cursos técnicos integrados fala-se muito além de uma integração apenas curricular, entre os componentes da formação básica e técnica. Trata-se de fomentar a ideia de uma formação humana integral, politécnica e omnilateral, que serão apresentadas nos momentos seguintes do texto.

### *2.2.1 Formação Humana*

No que se refere a formação humana integral há uma complexidade, visto que a formação humana da sociedade não inicia e nem termina no sistema educacional, pois é fruto das relações sociais, onde a escola é um ambiente institucionalizado que possui sua coparticipação juntamente com o Estado, a Família e a Sociedade (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015).

Para Frigotto (2016 p. 25),

A produção do conhecimento na formação humana, também sob as relações capitalistas, resulta de uma disputa: Qual conhecimento, que formação humana, para que sociedade?

No caso brasileiro, essa disputa se apresenta historicamente de forma absurdamente desigual, quer seja pelo estigma escravocrata da classe dominante e sua associação subordinada ao grande capital, quer pela concessão do fundo público para a organização e orientação da educação técnico-profissional cada vez mais a setores privados.

Para pensar em formação humana é preciso destacar algumas categorias que são consideradas indissociáveis para que tal formação ocorra de fato, como o trabalho, a ciência, a tecnologia, e a cultura (SETEC/MEC, 2007).

A concepção do trabalho, para Ramos (2014, p. 84-85), deve ser abordada em dois sentidos, sendo estes o ontológico e o histórico, “[...] como processo de formação do ser humano e de apreensão da realidade a fim de adaptá-la a si e a transformá-la; processo esse que se especifica historicamente nas diversas formas adquiridas pelo trabalho frente às relações sociais de produção.”, ou seja, o trabalho como base educativa.

O trabalho é “[...] uma mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e objetivação da vida humana.” (SETEC/MEC, 2007, p. 43).

A SETEC/MEC (2007, p. 45) ainda relata que considera

[...] o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, se apropria dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social.

Quanto ao sentido ontológico, a compreensão do trabalho ocorre “[...] como práxis humana e, então, como a forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens e, assim, produz conhecimentos; [...]”. Já o sentido histórico, “[...] que no sistema capitalista se transforma em trabalho assalariado ou fator econômico, [...]” sua compreensão ocorre de “[...] forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo; portanto, como categoria econômica e práxis produtiva que, baseadas em conhecimentos existentes, produzem novos conhecimentos.” (SETEC/MEC, 2007, p. 46).

Ramos (2010) enfatiza que a concepção de trabalho está diretamente ligada com a concepção de ciência, pois os conhecimentos que são produzidos e validados no decorrer da história, pela sociedade, são considerados resultados de um processo desenvolvido pela humanidade na busca da compreensão e da transformação tanto dos fenômenos naturais quanto dos fenômenos sociais.

Saviani (2003) nos faz refletir ao supor que se o trabalho estabelece a realidade humana e se a formação do homem é centralizada no trabalho, então é o trabalho que estabelece a existência histórica dos homens, pois, “Através desta atividade, o homem vai produzindo as condições de sua existência, transformando a natureza e criando, portanto, a cultura e um mundo humano. Esse mundo humano vai se ampliando progressivamente com o passar do tempo.” (SAVIANI, 2003, p. 133).

O conhecimento, segundo o Dicionário Online de Português (2020), é o “Entendimento sobre algo; saber: conhecimento de leis. Ação de entender por meio da inteligência, da razão ou da experiência.”, portanto, a ciência é considerada a parte do conhecimento mais bem sistematizada, sendo este, propositalmente, evidenciado através de conceitos simbólicos das relações estabelecidas e compreendidas da realidade considerada (SETEC/MEC, 2007).

Conforme a SETEC/MEC (2007, p. 44), a ciência “[...] conforma conceitos e métodos cuja objetividade permite a transmissão para diferentes gerações, ao mesmo tempo em que podem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos.”.

Para Pacheco (2012, p. 66), a cultura

[...] deve ser compreendida no seu sentido mais ampliado possível, ou seja, como a articulação entre o conjunto de representações e comportamentos e o processo dinâmico de socialização, constituindo o modo de vida de uma população determinada.

Assim, Ramos (2010, p. 49) completa este pensamento ao afirmar que a “[...] cultura é o processo de produção de símbolos, de representações, de significados e, ao mesmo tempo, prática constituinte e constituída do/pelo tecido social.”.

[...] a cultura deve ser compreendida no seu sentido mais ampliado possível, ou seja, como a articulação entre o conjunto de representações e comportamentos e o processo dinâmico de socialização, constituindo o modo de vida de uma população determinada (SETEC/MEC, 2007, p. 44).

A partir da cultura é firmada a proposta de uma educação com o domínio intelectual da tecnologia, que conforme a SETEC/MEC (2010, p. 33), “[...] significa dizer que as propostas de formação estariam contemplando os fundamentos, princípios científicos e linguagens das diversas tecnologias que caracterizam o processo de trabalho contemporâneo, considerados em sua historicidade.”.

A história da tecnologia surge a partir da revolução industrial, do taylorismo, do fordismo e da automação, pois marcam a transformação da ciência em força produtiva. Nesse período se definem duas características da relação entre ciência e tecnologia, a primeira “[...] é que tal relação se desenvolve com a produção industrial.”, e a segunda “[...] é que esse desenvolvimento visa a satisfação de necessidades que a humanidade se coloca, o que nos leva a perceber que a tecnologia é uma extensão das capacidades humanas.” (PACHECO, 2012, p. 65-66).

Para Machado (2010, p. 85) a tecnologia

[...] englobaria, então, a prática social; os aprendizados humanos, em seus processos e produtos; o conhecimento empírico, o saber tácito produzido no trabalho; as artes e técnicas desenvolvidas pelos homens; as forças produtivas; as racionalidades e lógicas historicamente produzidas.

A tecnologia é importante para estudar as formas e as técnicas dos objetos, relacionando-os às suas funções, sejam econômicas, culturais e/ou sociais, resultando em significados e história. É uma extensão das capacidades humanas, podendo ser definida como a mediação entre ciência e produção, ou seja, a apreensão e desvelamento do real e a intervenção no real (SETEC/MEC, 2007).

Conforme o PDI do IFAM (2019-2023, p.116), entende-se por ciência, tecnologia e inovação os

[...] processos voltados ao desenvolvimento educacional e socioeconômico da região amazônica, decorrentes de uma educação que, promotora da articulação entre teoria e prática, objetiva a formação profissional do indivíduo, a valorização dos saberes locais e seus arranjos produtivos, atrela-se às inovações, que buscam, sobretudo, à solução dos problemas de sua época, promovendo, assim, a indissociabilidade indivíduo/comunidade, em uma ação democrática, inclusiva e transformadora de seu meio.

Portanto, a formação integrada “[...] não somente possibilita o acesso a conhecimentos científicos, mas também promove a reflexão crítica sobre os padrões

culturais que se constituem normas de conduta de um grupo social.” (PACHECO, 2012, p. 66).

Em suma, Moura, Lima Filho e Silva (2015, p. 1.077) relatam que a formação humana integral “[...] enfrenta, ainda, a crítica no âmbito da academia, desde as correntes mais conservadoras, [...]”, ou seja, aqueles “[...] que defendem a educação de cunho academicista, inspirada no Iluminismo, no ‘humanismo liberal’, [...]” e até mesmo os “[...] progressistas, que o consideram como uma concessão aos interesses do capital.”.

O EMI da RFEPCT engloba trabalho, ciência, tecnologia e cultura visando solucionar problemas atuais que estão em conjunto com as forças que movem o processo histórico da sociedade em desenvolvimento (SETEC/MEC, 2010).

### *2.2.2 Formação Politécnica*

A formação politécnica é uma educação que supera a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, e ainda entre a cultura geral e a cultura técnica. Nesse sentido, Ramos (2010, p. 44) afirma que

[...] o ideário da politecnicidade buscava romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade; em termos epistemológicos e pedagógicos, esse ideário defendia um ensino que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Por essa perspectiva, o objetivo profissionalizante não teria fim em si mesmo nem se pautaria pelos interesses do mercado, mas constituir-se-ia numa possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, culminada com uma formação ampla e integral.

Saviani (2003, p. 141), completa esse contexto, ao relatar que essa articulação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, possibilita a “[...] assimilação não apenas teórica, mas também prática, dos princípios científicos que estão na base da organização moderna.”.

Em consonância com o PDI do IFAM (2019-2023, p. 115), é através

[...] da oferta múltipla de formação, proporciona-se uma ambiência em que as multifacetadas do processo educativo trazem a possibilidade de se estabelecerem nexos internos e promover a inter-relação de saberes,

concorrendo para um tratamento mais adequado à natureza da ciência que é multi e interdisciplinar.

De acordo com Moura, Lima Filho e Silva (2015, p. 1.080) ao tratar de educação intelectual, física e tecnológica,

[...] Marx está claramente sinalizando para a formação integral do ser humano, ou seja, uma formação onilateral. Essa concepção foi incorporada à tradição marxiana sob a denominação de politecnicia ou educação politécnica, em virtude das próprias referências do autor ao termo, assim como de grande parte dos estudiosos de sua obra.

A formação politécnica resulta na formação intelectual, física e tecnológica, ou seja, o conceito de politecnicia pode englobar a ideia de formação humana integral (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015).

Cabe aqui destacar que a garantia de uma formação básica politécnica ou tecnológica universal fará com que a formação profissional tenha “[...] outra qualidade e significará uma possibilidade de avanço nas forças produtivas e no processo de emancipação da classe trabalhadora.” (FRIGOTTO, 2010, p. 40).

Ramos (2008, p. 3) afirma que “Politecnicia significa uma educação que possibilita a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas.”. Em suma, a politecnicia é o conjunto das técnicas e práticas, articuladas ao ensino integrado, que oportuniza o sujeito a aplicabilidade dos objetos ao seu dia a dia.

### *2.2.3 Formação Omnilateral*

A omnilateralidade surge com um neologismo, ou seja, a palavra foi criada para se referir a uma formação humana oposta a uma formação unilateral. A formação omnilateral busca o sujeito crítico, emancipado, autônomo consciente da realidade em que está inserido na sociedade.

A formação omnilateral aborda a participação dos sujeitos na sociedade, para que não sejam apenas uma peça do sistema capitalista, mas que sejam sujeitos produtores e que façam parte efetiva da produção.

Ramos (2017, p. 29) afirma que a formação de caráter omnilateral é aquela “[...] voltada para o desenvolvimento dos sujeitos em ‘todas as direções’.”.

Encontramos em Manacorda (2007, p. 87) uma ideia que reforça o pensamento de Ramos (2017):

Frente à realidade da alienação humana, na qual todo homem, alienado por outro, está alienado da própria natureza, e o desenvolvimento positivo está alienado a uma esfera restrita, está a exigência da onilateralidade, de um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação.

Como afirma Machado (2003, p. 156), “[...] a forma escolar da sociedade democrática deve propiciar a formação omnilateral, valorizando todas as dimensões e potencialidades do sujeito com vistas ao seu pleno desenvolvimento.”.

Para consolidar ainda mais o projeto do EMI da RFEPCT, é necessária uma maior participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões, através do acompanhamento e da avaliação das direções tomadas pelos PPC's, assim como averiguar se as finalidades estabelecidas estão ou não sendo alcançadas.

A próxima seção descreve o processo de implementação do Curso Técnico do EMI em Administração do IFAM/CMZL, porém, antes serão destacados alguns dados sobre o EMI compartilhados pela PNP que se destina à coleta, tratamento e divulgação de dados oficiais da RFEPCT, desde 2017, pela SETEC/MEC.

### **2.3 Implementação do Curso Técnico do EMI em Administração do IFAM/CMZL**

Na PNP (2020), ano base de 2019, pode-se observar através da Figura 3, que a RFEPCT oferta dois mil, cento e setenta e nove cursos integrados, distribuídos em quinhentas e quarenta e quatro unidades com o total de duzentos e quarenta e seis mil, seiscentos e oitenta e quatro estudantes matriculados.

**Figura 3 – Matrículas de Cursos Integrados da RFEPCT no ano de 2019**

| Unidades | Cursos | Matrículas | Ingressantes | Concluintes | Vagas  | Inscritos |
|----------|--------|------------|--------------|-------------|--------|-----------|
| 544      | 2.179  | 246.684    | 73.943       | 41.205      | 76.284 | 350.752   |

Fonte: Adaptado pela Autora de <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 01 set. 2021.

Cabe ressaltar que o artigo 8º da Lei 11.892/2008, estabelece que deverá ser garantido, pela RFEPCT, o mínimo de cinquenta por cento das suas vagas para o EMI e PROEJA.

Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea *b* do inciso VI do caput do citado art. 7º (BRASIL, 2008).

Em consonância com a cláusula segunda, item 4. (Vagas para os cursos técnicos), do Acordo de Metas e Compromissos, entre MEC e IFAM, por intermédio da SETEC, que garante a “Manutenção de pelo menos 50% de vagas para o ensino técnico de nível médio, conforme disposto na lei nº 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008.” (BRASIL, 2010). Porém, ao analisar-se as Figuras 1 e 2, nota-se que do total de matrículas, 46,93% (quarenta e seis vírgula noventa e três por cento) são referentes a cursos técnicos, sendo destas, 24,10% (vinte e quatro vírgula dez por cento) referentes aos cursos técnicos integrados.

Logo, a RFEPCT não atende a legislação vigente, pois, oferta quatrocentas e noventa e seis mil, trezentas e trinta e três vagas, sendo setenta e seis mil, duzentas e oitenta e quatro vagas para os cursos integrados, representando aproximadamente 15,37% (quinze vírgula trinta e sete por cento) do total.

Apesar da RFEPCT não atender à legislação no referente à oferta de vagas, o IFAM/CMZL iniciou a criação do Curso do EMI em Administração, inserido no Eixo de Gestão e Negócios, através de audiência pública realizada no auditório do IFAM/CMZL em 28 de junho de 2017, conforme orienta o Decreto Nº. 5.154/2004.

Em 15 de dezembro de 2017, foi autorizado e aprovado a criação do PPC do curso do EMI em Administração, matriz curricular 2018, através da Resolução Nº. 70 - CONSUP/IFAM.

Em 23 de maio de 2018, através da Portaria Nº. 161 DG/IFAM/CMZL, a comissão de elaboração do PPC, elaborou a primeira estruturação do PPC, onde seis servidoras/servidores fizeram parte da sua composição, sendo uma técnica em assuntos educacionais e cinco professoras/professores do EBTT.

A oferta do Curso do EMI em Administração justifica-se pela razão de estar ancorada “[...] na realidade socioeconômica da região que nos últimos anos

apresentou um significativo crescimento. Ainda há de se considerar a importância dada pelo setor industriário e aos setores de comércio e serviços, onde o *Campus* se insere.” (PPC, 2018, p. 6-7).

Conforme o PPC (2018, p. 7) o objetivo do curso é de

Possibilitar ao futuro profissional em Administração uma visão do processo de gestão através da adoção das técnicas de planejamento, execução, direção e controle de estratégias empregadas visando a solucionar os problemas econômicos, sociais, mercadológicos e logísticos de todas as atividades de produção, qualquer que seja o setor no qual estas atividades se desenvolvam.

A primeira estruturação do PPC foi aprovada com a carga horária conforme Tabela 1.

**Tabela 1 – Carga horária PPC 2018-2020**

|   |               |
|---|---------------|
| Carga horária da formação geral   | 2.200h        |
| Carga horária da formação politécnica   | 240h          |
| Carga horária total da formação profissional  | 1.000h        |
| Carga horária do estágio profissional supervisionado ou projeto de conclusão de curso técnico | 250h          |
| Atividades complementares   | 100h          |
| <b>Carga horária total</b>  | <b>3.790h</b> |

Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

Em 30 de julho de 2018, através da Portaria Nº. 311 DG/IFAM/CMZL, a comissão de elaboração do PPC realizou a reformulação dele, onde cinco servidoras/servidores fizeram parte da sua composição, sendo uma técnica em assuntos educacionais e quatro professoras/professores do EBTT.

Em 05 de julho de 2019, foi autorizado e aprovado a reformulação do PPC do curso do EMI em Administração, matriz curricular 2019, através da Resolução Nº. 43 - CONSUP/IFAM. A reformulação do PPC foi aprovada com a carga horária conforme Tabela 2.

**Tabela 2 – Carga horária PPC 2019-2021**

|  |        |
|--|--------|
| Carga horária da formação geral              | 2.200h |
| Carga horária da formação politécnica        | 200h   |
| Carga horária total da formação profissional | 1.000h |

|   |               |
|---|---------------|
| Carga horária do estágio profissional supervisionado ou projeto de conclusão de curso técnico | 250h          |
| Atividades complementares   | 100h          |
| Língua Estrangeira Moderna (opcional) - Espanhol  | 40h           |
| <b>Carga horária total</b>  | <b>3.790h</b> |

Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

O curso do EMI em Administração atende às políticas de EPTNM ao destacar no PDI do IFAM (2019-2023, p. 122) a preocupação com

O desenvolvimento local e regional, por meio dos APLs dos municípios em que estão inseridos os *campi* do IFAM, faz parte dos objetivos dessa Instituição, que, na outra ponta desse desenvolvimento local entende que, dessa maneira, possa haver melhoria na qualidade de vida das comunidades de forma sustentável para o uso das novas tecnologias.

Em suma, o curso visa garantir a integração da educação básica com a educação técnica, “[...] buscando contemplar o aprofundamento dos conhecimentos científicos produzidos e acumulados historicamente pela sociedade, como também objetivos adicionais de formação profissional numa perspectiva da integração dessas dimensões.” (PDI IFAM, 2019-2023, p. 131).

O próximo capítulo abordará os caminhos metodológicos que foram percorridos, durante esta pesquisa, para que os objetivos fossem alcançados.

### 3 METODOLOGIA

Para Prodanov e Freitas (2013, p. 126) o método científico “[...] é o conjunto de processos ou operações mentais que devemos empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa.”.

O método é influenciado por procedimentos e técnicas que visam analisar as características do objeto investigado, com relação ao problema apresentado, Lüdke e André (2018, p. 18) evidenciam esse pensamento ao relatarem que

Embora já tenha havido algumas tentativas para especificar o processo de coleta e análise de dados durante a observação participante não existe um método que possa ser recomendado como o melhor ou mais efetivo. Segundo Stubbs e Delamont (1976), a natureza dos problemas é que determina o método, isto é, a escolha do método se faz em função do tipo de problema estudado.

A metodologia utilizada nesta pesquisa é de cunho empírico, fazendo uso da técnica de pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, de natureza aplicada a um campo de estudo, com aspectos exploratórios-descritivos.

A pesquisa é um estudo de caso, que adota como fonte de coleta de dados, a análise do documento da legislação sobre o Curso do EMI em Administração, análise documental do PPC do Curso do EMI em Administração e aplicação de questionário para as professoras e os professores que atuam no curso, disponibilizado na forma online.

#### 3.1 Abordagem de pesquisa

A abordagem da pesquisa, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 26),

[...] esclarecem os procedimentos lógicos que deverão ser seguidos no processo de investigação científica dos fatos da natureza e da sociedade. São, pois, métodos desenvolvidos a partir de elevado grau de abstração, que possibilitam ao pesquisador decidir acerca do alcance de sua investigação, das regras de explicação dos fatos e da validade de suas generalizações.

A abordagem desta pesquisa sob ponto de vista do problema dar-se através da pesquisa qualitativa de natureza aplicada a um campo de estudo, com o objetivo de

gerar conhecimentos para aplicação prática em relação a solução de problemas, partindo de um problema geral para o particular. Afirmam Marconi e Lakatos (2017, p. 125) que o campo de aplicação requer

[...] a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão, que serve para se saber em que estado se encontra o problema, que trabalhos já foram realizados a seu respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto, bem como estabelecer um modelo teórico inicial de referência; auxilia ainda na determinação das variáveis e elaboração do plano geral da pesquisa.

Sob o ponto de vista dos objetivos a abordagem dar-se de forma exploratória-descritiva, pois possui características práticas, por refletir sob o ponto de vista das professoras e dos professores sobre a proposta formativa do PPC, além de analisar o processo das práticas pedagógicas cotidianas do curso do EMI em Administração, como argumentam Marconi e Lakatos (2017, p. 126):

Estudos exploratório-descritivos combinados: são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas.

A técnica da pesquisa bibliográfica, física ou digital, dar-se através de livros, dissertações, teses, artigos, pois “[...] a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de vários autores sobre determinado assunto [...]” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 55).

Lüdke e André (2018, p. 45) ressaltam que a análise documental é pouco explorada na área da educação, mas que “[...] pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.”. A técnica documental, será por meio da consulta de documentos oficiais (Leis, relatórios e resoluções), publicações administrativas e fotografias.

### **3.2 Unidade de Estudo**

A pesquisa é contextualizada em uma instituição de ensino profissional e tecnológica, concentrando-se no IFAM/CMZL, que teve sua origem através do Decreto

Nº. 8.319, de 20 de outubro de 1910, inicialmente denominada como Aprendizados Agrícolas. Essa mesma lei criou o ensino agrônômico no País.

As Escolas de Aprendizes e Artífices, criadas em 1909, buscavam a formação do trabalhador urbano, já os Aprendizados Agrícolas tinham como objetivo formar trabalhadores agrícolas, porém ambas estavam ligadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

O Decreto Nº. 2.255, de 30 de maio de 1940, outorgado pelo Presidente Getúlio Vargas, o Aprendizado Agrícola Rio Branco, com sede na cidade de Rio Branco, até então Território Federal do Acre, foi transferido para o Amazonas, ocupando assim uma propriedade cedida pelo Governo do Estado do Amazonas, onde na época funcionava o “Reformatório de Menores do Paredão” (Escola do Paredão), nas proximidades de Manaus, às margens do rio Solimões, sendo inaugurada e dando início às suas atividades em 19 de abril de 1941.

Em Manaus, o Aprendizado Agrícola Rio Branco foi elevado à categoria de escola pelo Decreto Lei Nº. 9.758, de 05 de setembro 1946, primeiramente sendo chamado Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas, e depois de Ginásio Agrícola do Amazonas.

Através do Decreto Federal Nº. 70.513, de 12 de maio de 1972 foi elevado à categoria de Colégio Agrícola do Amazonas. Sua sede, desde então, passou a ser na Alameda Cosme Ferreira, Nº 8.045, no Bairro São José Operário na Zona Leste de Manaus, porém, na época a região era considerada zona rural do município.

Em 04 de setembro de 1979, através do Decreto Federal Nº. 83.935, recebeu o nome de Escola Agrotécnica<sup>3</sup> Federal de Manaus. Em 1993, tornou-se uma autarquia educacional pela Lei Federal Nº. 8.731, assinada em 16 de novembro daquele ano, ficando vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, por meio da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), nos termos do art. 2º, do anexo I, do Decreto Federal Nº. 2.147, de 14 de fevereiro de 1997.

Com a Lei Federal Nº 11. 892, de 29 de dezembro de 2008, sancionada pelo Presidente, na época, Luiz Inácio Lula da Silva, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus tornou-se um *campus* do IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, *campus* Manaus Zona Leste,

---

<sup>3</sup> A grafia da época foi conservada.

atualmente, considerado dentro do perímetro urbano do município de Manaus, denominado Zona Leste.

De acordo com o PDI do IFAM (2019-2023), no início de 2019, a Instituição mapeou-se por catorze *campi* e três *campi* avançados. O PDI (2019-2023) informa que no CMZL são ofertados cursos técnicos dos eixos tecnológicos de recursos naturais, produção cultural e design, informação e comunicação, e gestão e negócios; cursos de graduação na área de conhecimento em ciências agrárias e ciências da educação; cursos de pós-graduação na área de conhecimento em Mestrado-MINTER, Especialização História, Cultura Africana e Afro-brasileira, Especialização em Educação do Campo, Especialização em Educação Profissional e Tecnológica, e Especialização em Etnicidade, Desenvolvimento e Políticas Públicas na Amazônia, como demonstrado nos Quadros 1, 2 e 3.

**Quadro 1 – Cursos Técnicos ofertados pelo CMZL**

| <b>EIXO TECNOLÓGICO</b>    | <b>CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM</b> | <b>FORMA DE OFERTA</b>            |
|----------------------------|--|-----------------------------------|
| RECURSOS NATURAIS          | Agropecuária                           | Integrada e Subsequente           |
|                            | Agroecologia                           | Integrada                         |
|                            | Florestas                              | Subsequente                       |
|                            | Recursos Pesqueiros                    | Subsequente                       |
| PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN | Paisagismo                             | Subsequente                       |
| INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO   | Informática                            | Subsequente                       |
|                            | Manutenção e Suporte em informática    | Integrada (Modalidade EJA-PROEJA) |
| GESTÃO E NEGÓCIOS          | Secretariado                           | Subsequente                       |
|                            | Administração                          | Integrado e PROEJA                |

Fonte: Comissão Central Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI, 2018).

**Quadro 2 – Cursos de Graduação ofertados pelo CMZL**

| <b>ÁREA DE CONHECIMENTO</b> | <b>NOME DO CURSO</b>       | <b>MODALIDADE DE OFERTA</b> |
|-----------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| Ciências Agrárias           | Medicina Veterinária       | Presencial                  |
|                             | Tecnologia em Agroecologia | Presencial                  |
| Ciências da Educação        | Licenciatura em Pedagogia  | Educação a Distância        |
|                             | Engenharia de Software     | Presencial                  |

Fonte: Comissão Central PPPI (2018).

**Quadro 3 – Cursos de Pós-Graduação ofertados pelo CMZL**

| ÁREA DE CONHECIMENTO   | ESPECIFICAÇÃO                      | MODALIDADE DE OFERTA |
|--|------------------------------------|----------------------|
| Mestrado - Minter  | Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> | Presencial           |
| Especialização História, Cultura Africana e Afro-brasileira                    | Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>    | Educação a Distância |
| Especialização em Educação no Campo  | Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>    | Educação a Distância |
| Especialização em Educação Profissional e Tecnológica                          | Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>    | Educação a Distância |
| Especialização em Etnicidade, Desenvolvimento e Políticas Públicas na Amazônia | Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>    | Presencial           |

Fonte: Comissão Central PPPI (2018).

O CMZL oferta variados cursos, porém, o campo de pesquisa é delimitado ao curso do EMI em Administração, pois nos últimos anos notou-se grande procura nos processos de seleção e é o eixo tecnológico no qual encontro-me inserida.

Ao pesquisar no site<sup>4</sup> Oficial do IFAM, constatou-se que a primeira turma do curso do EMI em Administração ingressou no primeiro semestre de 2018, através do edital N<sup>o</sup>. 03/2018 assinado pelo Magnífico Reitor, Antônio Venâncio Castelo Branco (*In memorian*), no dia 03 de novembro de 2017; a segunda turma ingressou no primeiro semestre de 2019, através do edital N<sup>o</sup>. 63/2018 assinado, pelo Magnífico Reitor, no dia 10 de outubro de 2018; a terceira turma ingressou no primeiro semestre de 2020 por meio do edital N<sup>o</sup>. 30/2019, assinado pelo Magnífico Reitor, no dia 18 de outubro de 2019; e a quarta turma ingressou no primeiro semestre de 2021 por meio do edital N<sup>o</sup>. 12/2020 assinado pela Pró-Reitora de Ensino, Livia de Souza Camurça Lima, no dia 27 de novembro de 2020, conforme demonstrado na Tabela 3.

**Tabela 3 – N<sup>o</sup>. de Candidatos e Ano de ingresso por Cursos Ofertados no CMZL**

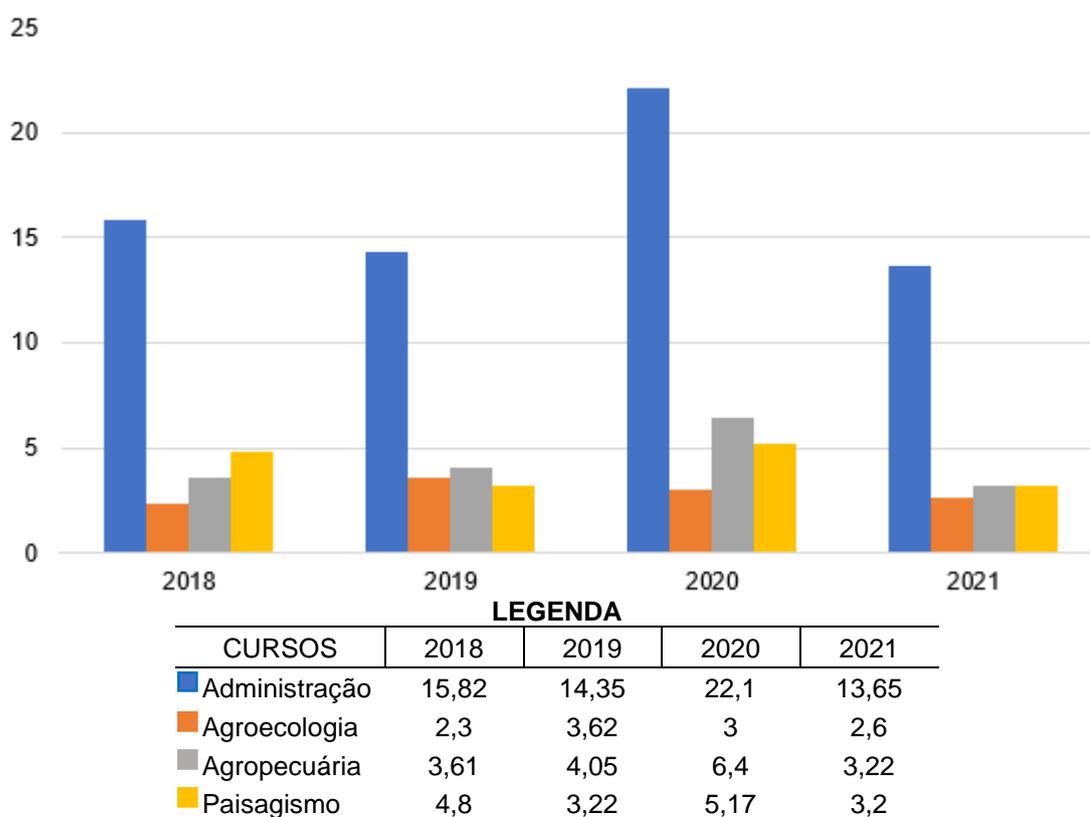
| CURSOS OFERTADOS | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|------------------|------|------|------|------|
| Administração    | 633  | 574  | 884  | 546  |
| Agroecologia     | 92   | 145  | 120  | 104  |
| Agropecuária     | 289  | 324  | 512  | 258  |
| Paisagismo       | 192  | 129  | 207  | 128  |

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

<sup>4</sup> www2.ifam.edu.br

Todos os editais para o ingresso na instituição foram ofertados para os cursos do EMI em Administração, Agroecologia, Agropecuária e Paisagismo, sendo disponibilizadas para cada curso, nos quatro anos, quarenta vagas para Administração, Agroecologia e Paisagismo e oitenta vagas para Agropecuária podendo-se verificar através do Gráfico 1 a relação do número de inscritos por vaga.

**Gráfico 1 – Relação inscritos x vaga CMZL (2018-2021)**



Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

### 3.3 Sujeitos do Estudo

Os sujeitos para esta pesquisa são as professoras e os professores que atuam no Curso do EMI em Administração. Lüdke e André (2018, p. 56) relatam que “Muitas vezes pode ser aconselhável tomar alguns sujeitos da pesquisa como informantes, no sentido de testar junto a eles certas percepções ou certas conjecturas do pesquisador.”.

A autorização da criação e aprovação do PPC do curso do EMI em Administração deu-se através da Resolução Nº. 70 - Conselho Superior (CONSUP)/IFAM, de 15 de dezembro de 2017. Esta primeira estruturação do PPC

deu-se através da Portaria Nº. 161, de 23 de maio de 2018 – Diretor Geral (DG)/IFAM/CMZL, designando seis servidoras/servidores para sua composição, sendo uma técnica em assuntos educacionais e cinco professoras/professores do ensino básico técnico e tecnológico.

Em 30 de julho de 2018, houve uma reformulação do PPC, através da Portaria Nº. 311 – DG/IFAM/CMZL, composta por cinco servidoras/servidores, sendo uma técnica em assuntos educacionais e quatro professoras/professores do ensino básico, técnico e tecnológico. A autorização da reformulação do PPC deu-se através da Resolução Nº. 43 –CONSUP/IFAM, de 05 de julho de 2019.

A pesquisa está organizada através do levantamento documental referente à legislação sobre o Curso do EMI e PPC do EMI em Administração, elaboração e a aplicação de questionário para trinta e quatro professoras e professores que atuam no curso.

### **3.4 Instrumentos de coleta de dados**

Para a validação da pesquisa é preciso uma variedade de coleta de dados, como orienta Lüdke e André (2018, p. 61):

Se o estudo pretende retratar o fenômeno de forma completa, é preciso que os dados sejam coletados numa variedade de situações, em momentos variados e com fontes variadas de informação. O pesquisador pode recorrer, para isso, às estratégias propostas por Denzin (1970), que consistem na “triangulação”, ou seja, checagem de um dado obtido através de diferentes informantes, em situações variadas e em momentos diferentes.

Seguindo essa orientação, o estudo de caso adota como fonte de coleta de dados, a triangulação:

- 1) Análise do documento da legislação sobre o Curso do EMI em Administração;
- 2) Análise documental do PPC do Curso do EMI em Administração; e
- 3) Aplicação de questionário para trinta e quatro professoras e professores que atuam no curso, disponibilizado online.

Corroborando Yin (2015, p. 125) ao afirmar que “Com a convergência de evidências, a triangulação dos dados ajuda a reforçar a *validade do constructo* do seu

estudo de caso. As múltiplas fontes de evidência proporcionam, essencialmente, várias avaliações do mesmo fenômeno.”.

### 3.5 Técnica de análise de dados

A análise e a interpretação dos dados dão-se através da ATD, justificada por Moraes e Galiazzi (2016, p. 33) ao afirmarem que a ATD inserida na “[...] pesquisa qualitativa não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão, a reconstrução de conhecimentos existentes sobre os temas investigados.”.

De acordo com Lüdke e André (2018, p. 53), a análise

[...] está presente em vários estágios da investigação, tornando-se mais sistemática e mais formal após o encerramento da coleta de dados. Desde o início do estudo, no entanto, nós fazemos uso de procedimentos analíticos quando procuramos verificar a pertinência das questões selecionadas frente às características específicas da situação estudada.

Neste contexto, a análise e a interpretação dos dados dão-se através da ATD, que conforme Moraes e Galiazzi (2016, p. 13) “[...] corresponde a uma metodologia de análise de informações de natureza qualitativa com a finalidade de produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos.”.

A análise precisa considerar não só o que está explícito, mas também o que está implícito no material coletado, como afirmam Lüdke e André (2018 p. 57): “É preciso que a análise não se restrinja ao que está explícito no material, mas procure ir mais a fundo, desvelando mensagens implícitas, dimensões contraditórias e temas sistematicamente ‘silenciados’.”.

A ATD é um ciclo composto por três momentos:

- 1) Desmontagem dos textos;
- 2) Estabelecimento de relações; e
- 3) Captação do novo emergente (MORAES; GALIAZZI, 2016).

O primeiro momento, a desmontagem dos textos, é a análise minuciosa deles. É chamado também de unitarização, buscando desconstruí-los de forma significativa com a finalidade da pesquisa.

O segundo momento, o estabelecimento de relações, visa reunir os elementos unitários com o objetivo de construir e combinar suas categorias, estabelecendo-as através das relações entre as unidades de base.

O terceiro momento, a captação do novo emergente, é fase de explicitar a compreensão do estudo com a combinação dos elementos que foram construídos nos momentos anteriores, possibilitando a compreensão de um novo emergente renovado, através da interpretação dos dados.

Moraes e Galiuzzi (2016, p. 34-35) explicam que

Ao longo da apresentação e discussão desses elementos, pretende-se defender o argumento de que a análise textual discursiva ser compreendida como um processo auto-organizado de construção de compreensão em que os entendimentos emergem a partir de uma sequência recursiva de três componentes: a desconstrução dos textos dos "corpus", a unitarização; o estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar o emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada. Esse processo em seu todo é comparado a uma tempestade de luz. Consiste em criar as condições de formação dessa tempestade em que, emergindo do meio caótico e desordenado, formam-se *flashes* fugazes de raios de luz sobre os fenômenos investigados, que, por meio de um esforço de comunicação intenso, possibilitam expressar as compreensões alcançadas ao longo da análise. Nesse processo a escrita desempenha duas funções complementares: de participação na produção das compreensões e de sua comunicação cada vez mais válida e consistente.

A ATD é a construção e ampliação de novas ideias através da interpretação dos fenômenos empíricos pesquisados, onde o pesquisador também assume o papel de autor, demonstrando a relação entre teoria e prática, devendo assim garantir a validade do processo.

#### 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo destina-se à análise e discussão dos dados coletados na pesquisa. Em um primeiro momento, se apresentará a ATD como técnica de análise e tratamento dos dados e a seguir se procederá a análise propriamente dita.

Sendo assim, para responder ao problema desta pesquisa: “Quais as concepções das professoras e dos professores que atuam no Curso do EMI em Administração, no IFAM/CMZL, sobre a proposta formativa constante no PPC e de que forma tal proposta se efetiva nas suas práticas pedagógicas cotidianas?”, a ATD apresentou-se como uma ferramenta analítica adequada à pesquisa qualitativa, possibilitando assim, novas compreensões sobre o objeto estudado. Em consonância com Moraes e Galiazzi (2016, p. 134),

A Análise Textual Discursiva pode ser entendida como o processo de desconstrução, seguido de reconstrução, de um conjunto de materiais linguísticos e discursivos, produzindo-se a partir disso novos entendimentos sobre os fenômenos e discursos investigados. Envolve identificar e isolar enunciados dos materiais submetidos à análise, categorizar esses enunciados e produzir textos, integrando nestes descrição e interpretação, utilizando como base de sua construção, o sistema de categorias construído.

Na busca pela resposta ao problema mencionado, a partir da construção das unidades de sentido e seguindo a orientação do estudo de caso, foi adotada a triangulação como fonte de coleta de dados.

As questões norteadoras da pesquisa estão detalhadas de acordo com os objetivos da pesquisa, conforme demonstrado no Quadro 4, e serão explicitadas posteriormente.

**Quadro 4 – Questões norteadoras quanto aos objetivos**

| <b>ANÁLISE DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM ADMINISTRAÇÃO, NA FORMA INTEGRADA, NO IFAM/CAMPUS MANAUS ZONA LESTE: DO PROJETO ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS</b> |  |  |
|---|--|--|
| <b>OBJETIVO GERAL</b>   | Discutir as concepções das professoras e dos professores que atuam no Curso do EMI em Administração, no IFAM/CMZL, sobre a proposta formativa constante no PPC, descrevendo de que forma tal proposta se efetiva nas suas práticas pedagógicas cotidianas. |  |
| <b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>  | Apresentar, a partir da legislação vigente, os pressupostos que fundamentam a proposição do Curso do EMI.  | Questão norteadora: Quais os pressupostos que fundamentam a proposição do curso do EMI, conforme a legislação vigente? |

|  |   |   |
|--|---|---|
|  | Descrever, com base no PPC, a proposta formativa do Curso do EMI em Administração.  | Questão norteadora: Qual a proposta formativa que permeia o PPC do curso do EMI em administração, no IFAM/CMZL?   |
|  | Identificar as concepções das professoras e dos professores, que atuam no Curso do EMI em Administração, sobre a proposta formativa constante no PPC.   | Questões norteadoras:<br>1. Quais as concepções das professoras e dos professores que atuam no Curso do EMI, em Administração, sobre a proposta formativa constante no PPC? |
|  | Analisar, a partir das concepções das professoras e dos professores, as aproximações e distanciamentos entre suas práticas pedagógicas cotidianas e a proposta formativa do Curso do EMI em Administração constante no PPC. | 2. Quais aproximações e distanciamentos podem ser percebidos entre a proposta formativa do curso e as práticas pedagógicas cotidianas das professoras e dos professores?    |

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

Sendo assim, seguindo as recomendações de Moraes e Galiuzzi (2016, p. 33), a ATD “[...] concretiza-se a partir de um conjunto de documentos denominado *corpus* [...]”, ou seja, o *corpus* constitui-se das “[...] informações da pesquisa para a obtenção de resultados válidos e confiáveis requer uma seleção e delimitação rigorosa. Seguidamente não se trabalha com todo o *corpus*.”.

O *corpus* da pesquisa está apresentado no Quadro 5, quanto a análise do documento da legislação sobre o Curso do EMI em Administração, a análise documental do PPC do Curso do EMI em Administração e a aplicação/análise do questionário às professoras e aos professores que atuam no Curso do EMI em Administração do IFAM/CMZL.

**Quadro 5 – Delimitação do *corpus* da pesquisa**

|   |  |                         |   |
|---|--|-------------------------|---|
| <b>QUESTÃO NORTEADORA: QUAIS OS PRESSUPOSTOS QUE FUNDAMENTAM A PROPOSIÇÃO DO CURSO DO EMI, CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE?</b> |  |                         |   |
| <b>CATEGORIZAÇÃO:</b> EMI conforme às DCNEPTNM – 2012   |  |                         |   |
| <b>OBJETIVO ESPECÍFICO</b>  | <b>INSTRUMENTO METODOLÓGICO</b>            | <b>ORIGEM DOS DADOS</b> | <b>TEXTOS SELECIONADOS</b>  |
| Apresentar, a partir da legislação vigente, os pressupostos que fundamentam a proposição do Curso do EMI.                     | Pesquisa documental na legislação vigente. | DCNEPTNM (2012).        | Título II – Capítulo II (Organização curricular), conforme DCNEPTNM (2012). |
| <b>QUESTÃO NORTEADORA: QUAL A PROPOSTA FORMATIVA QUE PERMEIA O PPC DO CURSO DO EMI EM ADMINISTRAÇÃO, DO IFAM/CMZL?</b>        |  |                         |   |
| <b>CATEGORIZAÇÃO:</b> EMI conforme PPC do Curso do EMI em Administração, do IFAM/CMZL   |  |                         |   |

| OBJETIVO ESPECÍFICO  | INSTRUMENTO METODOLÓGICO   | ORIGEM DOS DADOS   | TEXTOS SELECIONADOS   |
|--|--|--|---|
| Descrever, com base no PPC, a proposta formativa do Curso do EMI em Administração.   | Pesquisa documental no PPC do Curso do EMI em Administração, no IFAM/CMZL. | PPC do Curso do EMI em Administração, no IFAM/CMZL (2019).                           | Organização curricular (princípios pedagógicos e orientações metodológicas), conforme PPC (2019). |
| <b>QUESTÕES NORTEADORAS:</b>   |  |  |   |
| <b>1. QUAIS AS CONCEPÇÕES DAS PROFESSORAS E DOS PROFESSORES QUE ATUAM NO CURSO DO EMI, EM ADMINISTRAÇÃO, SOBRE A PROPOSTA FORMATIVA CONSTANTE NO PPC?</b><br><b>2. QUAIS APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS PODEM SER PERCEBIDOS ENTRE A PROPOSTA FORMATIVA DO CURSO E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COTIDIANAS DAS PROFESSORAS E DOS PROFESSORES?</b> |  |  |   |
| <b>CATEGORIZAÇÃO:</b> EMI conforme concepção das professoras e dos professores   |  |  |   |
| OBJETIVO ESPECÍFICO  | INSTRUMENTO METODOLÓGICO   | ORIGEM DOS DADOS   | TEXTOS SELECIONADOS   |
| Identificar as concepções das professoras e dos professores, que atuam no Curso do EMI em Administração, sobre a proposta formativa constante no PPC.  | Aplicação do questionário às Professoras e aos Professores, online.        | Professoras e Professores que atuam no Curso do EMI em Administração do CMZL (2021). | Respostas do questionário aplicado às Professoras e aos Professores.                              |
| Analisar, a partir das concepções das professoras e dos professores, as aproximações e distanciamentos entre suas práticas pedagógicas cotidianas e a proposta formativa do Curso do EMI em Administração constante no PPC.  |  |  |   |

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

Após a categorização do *corpus* da pesquisa, iniciou-se o processo de desmontagem de textos, pois, “[...] com essa fragmentação ou desconstrução pretende-se conseguir perceber os sentidos dos textos em diferentes limites de seus pormenores ainda que se saiba que um limite final e absoluto nunca é atingido.” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 40).

As categorizações, a reescrita e o novo emergente serão apresentados nas seções 4.1 (Análise do documento da legislação sobre o Curso do EMI em Administração), 4.2 (Análise documental do PPC do Curso do EMI em Administração) e 4.3. (Análise sob a concepção dos sujeitos).

Nos fenômenos investigados, as sínteses dos elementos que mais ganham destaques são os sistemas de categorização, pois fazem a interlocução da realização

das conclusões dos textos aos contextos, dos materiais explorados para os fatos pesquisados. A materialização dessas conclusões surgirá como metatextos descritivos e interpretativos (MORAES; GALIAZZI, 2016).

#### 4.1 Análise do documento da legislação sobre o Curso do EMI em Administração

Durante o processo da análise do documento da legislação sobre o Curso do EMI em Administração, foi estabelecido o limite do *corpus* ao Título II – Capítulo II das DCNEPTNM de 2012, a partir das quais foram elaborados a desmontagem, a reescrita e a captação dos novos emergentes, elucidados no Quadro 6.

**Quadro 6 – Desmontagem dos textos, Reescrita e Captação do novo emergente do *corpus* da pesquisa I**

| <b>QUESTÃO NORTEADORA:</b><br>QUAIS OS PRESSUPOSTOS QUE FUNDAMENTAM A PROPOSIÇÃO DO CURSO DO EMI, CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE?   |   |  |
|--|---|--|
| <b>CATEGORIZAÇÃO:</b> EMI conforme às DCNEPTNM (2012)  |   |  |
| <b>INSTRUMENTO METODOLÓGICO:</b> Pesquisa documental na legislação vigente   |   |  |
| <b>ORIGEM DE DADOS:</b> DCNEPTNM – 2012  |   |  |
| <b>TEXTOS SELECIONADOS:</b> Título II – Capítulo II (Organização curricular), conforme DCNEPTNM (2012)   |   |  |
| <b>DESMONTAGEM (UNITARIZAÇÃO)</b>  | <b>REESCRITA (UNIDADES DE SENTIDO)</b>  | <b>NOVO EMERGENTE</b>                        |
| Art. 12 Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio são organizados por eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, instituído e organizado pelo Ministério da Educação ou em uma ou mais ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).   | Princípios baseados no CNCT e no CBO.   | Atendimento à legislação pertinente a EPTNM. |
| Art. 13 A estruturação dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, orientada pela concepção de eixo tecnológico, implica considerar:<br>I - a matriz tecnológica, contemplando métodos, técnicas, ferramentas e outros elementos das tecnologias relativas aos cursos;<br>II - o núcleo politécnico comum correspondente a cada eixo tecnológico em que se situa o curso, que compreende os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que alicerçam as tecnologias | Perfil do curso para atender a integração entre valores científicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos, tendo o trabalho como princípio educativo, a pesquisa como princípio pedagógico e os conhecimentos e as habilidades específicas para atender o perfil profissional, havendo assim, a articulação entre trabalho, educação, ciência, tecnologia e cultura. | Componentes da formação básica e técnica.    |

|   |  |   |
|---|--|---|
| <p>e a contextualização do mesmo no sistema de produção social;</p> <p>III - os conhecimentos e as habilidades nas áreas de linguagens e códigos, ciências humanas, matemática e ciências da natureza, vinculados à Educação Básica deverão permear o currículo dos cursos técnicos de nível médio, de acordo com as especificidades dos mesmos, como elementos essenciais para a formação e o desenvolvimento profissional do cidadão;</p> <p>IV - a pertinência, a coerência, a coesão e a consistência de conteúdo, articulados do ponto de vista do trabalho assumido como princípio educativo, contemplando as necessárias bases conceituais e metodológicas;</p> <p>V - a atualização permanente dos cursos e currículos, estruturados em ampla base de dados, pesquisas e outras fontes de informação pertinentes.</p>   |  |   |
| <p>Art. 14 Os currículos dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio devem proporcionar aos estudantes:</p> <p>I - diálogo com diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como referências fundamentais de sua formação;</p> <p>II - elementos para compreender e discutir as relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas;</p> <p>III - recursos para exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientados por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromissos com a construção de uma sociedade democrática;</p> <p>[...]</p> <p>VI - fundamentos de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho.</p> | <p>Perfil profissional para atender às necessidades do mundo do trabalho:<br/>compreensões sociais, de produção e trabalho; sujeito autônomo e crítico; conhecimento tecnológico e técnico; postura ética, estética e política; postura empreendedora.</p> | <p>Componentes da formação básica e técnica.</p>    |
| <p>Art. 15 O currículo, consubstanciado no plano de curso e com base no princípio do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, é prerrogativa e responsabilidade de cada instituição educacional, nos termos de seu projeto político-pedagógico, observada a legislação e o disposto nestas Diretrizes e no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.</p>  | <p>Princípios consubstanciados no PPP, conforme as Diretrizes e o CNCT.</p>  | <p>Atendimento à legislação pertinente a EPTNM.</p> |

|  |   |  |
|--|---|--|
| <p>Art. 17 O planejamento curricular fundamenta-se no compromisso ético da instituição educacional em relação à concretização do perfil profissional de conclusão do curso, o qual é definido pela explicitação dos conhecimentos, saberes e competências profissionais e pessoais, tanto aquelas que caracterizam a preparação básica para o trabalho, quanto as comuns para o respectivo eixo tecnológico, bem como as específicas de cada habilitação profissional e das etapas de qualificação e de especialização profissional técnica que compõem o correspondente itinerário formativo.</p> | <p>Perfil profissional para atender às necessidades do mundo do trabalho.</p>   | <p>Componentes da formação básica e técnica.</p> |
| <p>Art. 21 A prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integra as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional de técnico e correspondentes etapas de qualificação e de especialização profissional técnica de nível médio.</p>  | <p>Atividades que viabilizam o sujeito tanto no desenvolvimento da capacidade de trabalho em grupo quanto à resolução de problemas, oportunizando ao sujeito a aplicabilidade dos objetos ao seu dia a dia.</p> | <p>Práticas integradoras.</p>                    |

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

Cabe ressaltar que em 5 de janeiro de 2021 as DCNEPTN foram revogadas através da Resolução do CNE/CP Nº. 1, porém, a análise é feita em conformidade com a legislação vigente na época que o PPC foi elaborado, a Resolução do CNE Nº. 6/2012.

Para responder a questão norteadora: “Quais os pressupostos que fundamentam a proposição do curso do EMI, conforme a legislação vigente?”, emergiu do processo analítico da ATD, a categorização inicial, definida como: “EMI conforme às DCNEPTNM (2012)”, onde foram identificadas três novas categorias emergentes, sendo estas:

- 1) Atendimento à legislação pertinente a EPTNM;
- 2) Componentes da formação básica e técnica (Formação Humana, Politécnica e Omnilateral); e
- 3) Práticas Integradoras.

## 4.2 Análise documental do PPC do Curso do EMI em Administração

Em sequência, verificou-se que o PPC vigente (2019), com duzentas e quarenta e sete páginas, apresenta a portaria que instituiu a comissão de elaboração desse documento.

Conforme o artigo 20 da Resolução Nº. 6/2012 do CNE para atender às DCNEPTNM, o PPC necessita apresentar, obrigatoriamente, no mínimo, alguns componentes.

Art. 20 Os planos de curso, coerentes com os respectivos projetos político pedagógicos, são submetidos à aprovação dos órgãos competentes dos correspondentes Sistemas de Ensino, contendo obrigatoriamente, no mínimo:

- I - identificação do curso;
- II - justificativa e objetivos;
- III - requisitos e formas de acesso;
- IV - perfil profissional de conclusão;
- V - organização curricular;
- VI - critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores;
- VII - critérios e procedimentos de avaliação;
- VIII - biblioteca, instalações e equipamentos;
- IX - perfil do pessoal docente e técnico;
- X - certificados e diplomas a serem emitidos (BRASIL, 2012).

Constatou-se que o PPC atende parcialmente às DCNEPTNM, visto que não constam os incisos IV e VIII, descritos acima.

Dando continuidade à análise da pesquisa, o processo de análise da proposta formativa limitou-se quanto à organização curricular, visto que o componente apresenta tanto os princípios pedagógicos quanto às orientações metodológicas relativas ao Curso do EMI em Administração.

A desmontagem, reescrita e captação dos novos emergentes da análise documental do PPC do Curso do EMI em Administração estão detalhados no Quadro 7.

### Quadro 7 – Desmontagem dos textos, Reescrita e Captação do novo emergente do *corpus* da pesquisa II

|  |
|--|
| <p><b>QUESTÃO NORTEADORA:</b><br/>         QUAL A PROPOSTA FORMATIVA QUE PERMEIA O PPC DO CURSO DO EMI EM ADMINISTRAÇÃO, DO IFAM/CMZL?</p> |
| <p><b>CATEGORIZAÇÃO:</b> EMI conforme PPC do Curso do EMI em Administração, do IFAM/CMZL</p>   |

| <b>INSTRUMENTO METODOLÓGICO:</b> Pesquisa documental no PPC do Curso do EMI em Administração, no IFAM/CMZL   |  |   |
|--|--|---|
| <b>ORIGEM DE DADOS:</b> PPC do Curso do EMI em Administração, no IFAM/CMZL (2019)  |  |   |
| <b>TEXTOS SELECIONADOS:</b> Organização curricular (princípios pedagógicos e orientações metodológicas), conforme PPC (2019)   |  |   |
| <b>DESMONTAGEM (UNITARIZAÇÃO)</b>  | <b>REESCRITA (UNIDADES DE SENTIDO)</b>   | <b>NOVO EMERGENTE</b>                       |
| PPC - IFAM (2019, p. 17): Este Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Administração, na Forma Integrada, atende aos pressupostos da legislação da Educação Profissional e Tecnológica brasileira constantes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº. 9.394/96), bem como as demais resoluções e pareceres que normatizam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.  | Princípios pedagógicos consubstanciados na LDB, DCNEPTNM e no CNCT.  | Atendimento à legislação pertinente a EPTNM |
| PPC - IFAM (2019, p. 17): Os Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada possuem uma estrutura curricular fundamentada na concepção de Eixos Tecnológicos constantes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), aprovado pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de dezembro de 2014, com base no Parecer CNE/CEB nº 8, de 9 de outubro de 2014, homologado pelo Ministro da Educação, em 28 de novembro de 2014.   | Princípios pedagógicos consubstanciados no CNCT.   | Atendimento à legislação pertinente a EPTNM |
| PPC - IFAM (2019, p. 18): Assim, é necessário repensar o lugar do educando/a-trabalhador/a no processo de ensino e aprendizagem, reconhecendo e valorizando sua experiência de vida e sua experiência profissional de modo a torná-las mais significativas dentro do espaço escolar.   | Dimensões do ser humano para compreender o mundo em que vive.  | Componentes da formação básica e técnica.   |
| PPC - IFAM (2019, p. 19): [...] de modo geral, que o educando seja preparado para o trabalho e a cidadania, tornando-se capaz de adaptar-se com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento e, para tanto, regulamenta sobre a necessidade de se aprimorar as questões que se relacionam à sua formação humana e cidadã, estas tomadas em suas dimensões éticas e que estabeleçam conexões com o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, as quais se coadunam com as acepções que delimitam a compreensão do que hoje se fundamenta a Educação Tecnológica, e em especial ao Ensino Tecnológico no qual o saber, o fazer e o ser se integram, e se tornam objetos permanentes da ação e da reflexão, constituindo-se em uma forma de ensinar construída por humanos, para humanos, | Valorização das potencialidades para atender às necessidades do mundo do trabalho: tomada de decisão, sujeito crítico, postura ética e sujeito autônomo. | Componentes da formação básica e técnica.   |

|   |  |   |
|---|--|---|
| mediada por tecnologia e visando à construção de conhecimento.  |  |   |
| PPC - IFAM (2019, p. 20): A oferta do Curso Técnico de Nível Médio em Administração, na Forma Integrada será orientada para a formação integral do educando, que também se apresenta como um dos fundamentos da educação profissional, disposto, inclusive, nas DCNEPTNM, que defendem que essa integralidade se estenda aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, priorizando o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico e favorecendo, dessa maneira, a integração entre a educação, a ciência, a tecnologia e a cultura, as quais deverão ser tomadas como base para a construção da proposta político-pedagógica e de desenvolvimento curricular. | Integração entre valores estéticos, políticos e éticos, tendo o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, havendo assim, a integração entre trabalho, educação, ciência, tecnologia e cultura. | Componentes da formação básica e técnica. |
| PPC - IFAM (2019, p. 22): Assim, entende-se que, considerar trabalho e pesquisa como princípios da prática educativa da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a partir do reconhecimento do trabalho como experiência fundamental do educando-trabalhador – significa desenvolver uma prática voltada para a reflexão e ação, possibilitando aos educandos maneiras críticas de agir no mundo com vistas à sua compreensão e transformação.   | Trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, assim como a valorização das potencialidades do sujeito: reflexivo, ativo, crítico, compreensivo e transformador.                                    | Componentes da formação básica e técnica. |
| PPC - IFAM (2019, p. 23): No sentido de superar, ou ao menos minimizar, a histórica dualidade entre a formação profissional e a formação geral - situação que fica ainda mais evidente nos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ofertados na Forma Integrada, é apontado o caminho de formação a partir da organização do ensino em torno dos princípios da omnilateralidade e da politecnia. Tais princípios, consideram o sujeito na sua integralidade e pretendem desenvolver uma concepção unitária na construção do conhecimento nas diversas áreas do saber.  | Valorização das dimensões e potencialidades do sujeito através do trabalho, tecnologia, ciência e cultura.   | Componentes da formação básica e técnica. |
| PPC - IFAM (2019, p. 25): Além do princípio de indissociabilidade entre teoria-prática busca-se neste curso viabilizar, conforme estabelece as DCNEPTNM, arranjos curriculares e práticas pedagógicas alinhadas com a interdisciplinaridade, pois compreende-se que a fragmentação de conhecimentos precisa ser gradualmente superada, bem como a segmentação da organização curricular, por meio da articulação dos componentes curriculares através de metodologias integradoras.   | Técnicas e práticas, articuladas ao ensino integrado, que oportuniza o sujeito a aplicabilidade dos objetos ao seu dia a dia.  | Práticas integradoras                     |

|   |   |   |
|---|---|---|
| PPC - IFAM (2019, p. 27): Nesta perspectiva, a metodologia dialética compreende o homem como ser ativo e de relações. Os métodos de ensino partem de uma relação direta com a experiência do discente, confrontada com o saber trazido de fora.   | Dimensões do ser humano para compreender o mundo em que vive.   | Componentes da formação básica e técnica. |
| PPC - IFAM (2019, p. 28): Outras formas de integração poderão ocorrer por meio de: Atividades Complementares, Visitas Técnicas, Estágio Profissional Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso Técnico, Projetos de Pesquisa, Projetos de Extensão, Práticas de Laboratório, dentre outras que facilitam essa aproximação entre essas dimensões integradoras do currículo.   | Atividades que viabilizam o sujeito tanto no desenvolvimento da capacidade de trabalho em grupo quanto na resolução de problemas. | Práticas integradoras                     |
| PPC - IFAM (2019, p. 29): Há que se levar em consideração também diferentes técnicas de pesquisa, desde análise documental, entrevistas, questionários, etc. em sala de aula podem ser utilizados para criar situações reais ou simuladas, em que os estudantes aplicam teorias, instrumentos de análises e solução de problemas, seja para resolver uma dificuldade ou chegar a uma decisão conjunta com fins de aprendizagem. | Atividades que viabilizam o sujeito o trabalho em grupo.  | Práticas integradoras                     |

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

É importante destacar que no PPC analisado, não foi destacado um dos componentes da EPT, que é a formação humana, porém, durante a desmontagem e a reescrita do texto é possível identificá-la como novo emergente, visto que Ramos (2010, p. 48), afirma que o “[...] artigo 22 da LDB coloca o aprimoramento da pessoa humana como uma das finalidades da educação básica.”.

Observa-se, no Quadro 7, que após o processo de desmontagem, cada reescrita relativa aos princípios pedagógicos e orientações metodológicas do PPC de 2019 foram categorizadas, extraindo a ideia central de cada texto e agrupando-as em um novo emergente.

Para responder à questão norteadora: “Qual a proposta formativa que permeia o PPC do curso do EMI em administração, do IFAM/CMZL?”, emergiu do processo analítico da ATD, a categorização inicial, definida como: “EMI conforme PPC do Curso do EMI em Administração, do IFAM/CMZL”, onde foram identificadas, novamente, as três categorias emergentes:

- 1) Atendimento à legislação pertinente a EPTNM;

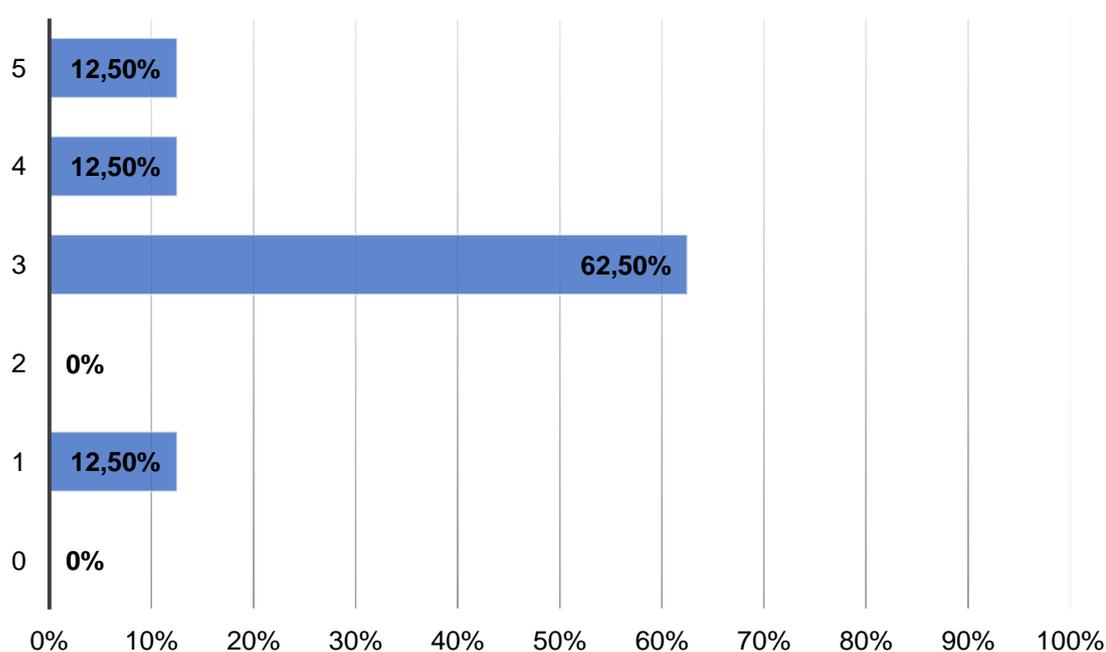
- 2) Componentes da formação básica e técnica (Formação Humana, Politécnica e Omnilateral); e
- 3) Práticas integradoras.

### 4.3 Análise sob a concepção dos sujeitos

Os sujeitos da pesquisa limitam-se as professoras e aos professores que atuam no Curso do EMI em Administração, no IFAM/CMZL, trinta e quatro atualmente, obtendo-se concordância em participar da pesquisa com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE) de dez professoras/professores.

Ao serem indagados se “Numa escala de 0 a 5, sendo 0 a pior avaliação e 5 a melhor, o quanto você conhece do PPC do Curso técnico de nível médio em administração, na forma integrada, do IFAM/CMZL?”, obteve-se oito respostas e dois sujeitos da pesquisa ignoraram a pergunta. No Gráfico 2 é possível observar que entre uma escala de 0 (zero) a 5 (cinco), onde 0 (zero) é a pior avaliação e 5 (cinco) a melhor, cinco professoras/professores responderam que conhecem o PPC na escala três, um dos sujeitos da pesquisa respondeu que conhece o PPC na escala cinco, outro na escala quatro e outro na escala um.

**Gráfico 2 – Nível de conhecimento dos sujeitos da pesquisa sobre o PPC**



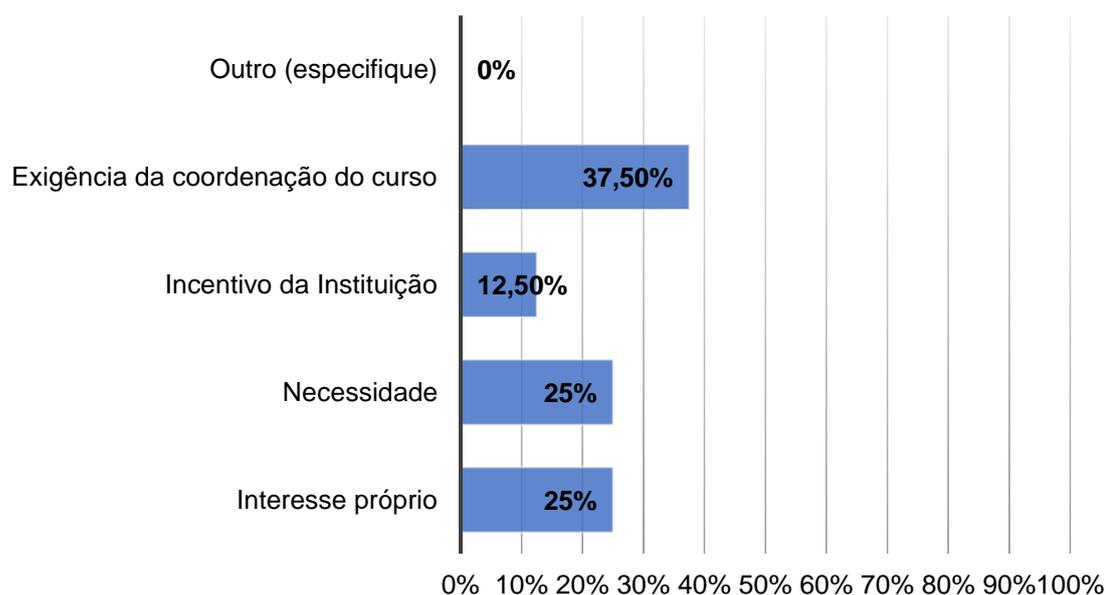
**LEGENDA**

| ESCALA       | FREQUÊNCIA | PERCENTUAL  |
|--------------|------------|-------------|
| 0            | 0          | 0%          |
| 1            | 1          | 12,50%      |
| 2            | 0          | 0%          |
| 3            | 5          | 62,50%      |
| 4            | 1          | 12,50%      |
| 5            | 1          | 12,50%      |
| <b>TOTAL</b> | <b>8</b>   | <b>100%</b> |

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao questioná-los sobre “Que fatores contribuem para seu conhecimento/desconhecimento do PPC?”, obteve-se oito respostas e dois sujeitos da pesquisa ignoraram a pergunta, como observado no Gráfico 3.

**Gráfico 3 – Fatores que contribuem para o conhecimento/desconhecimento do PPC**

**LEGENDA**

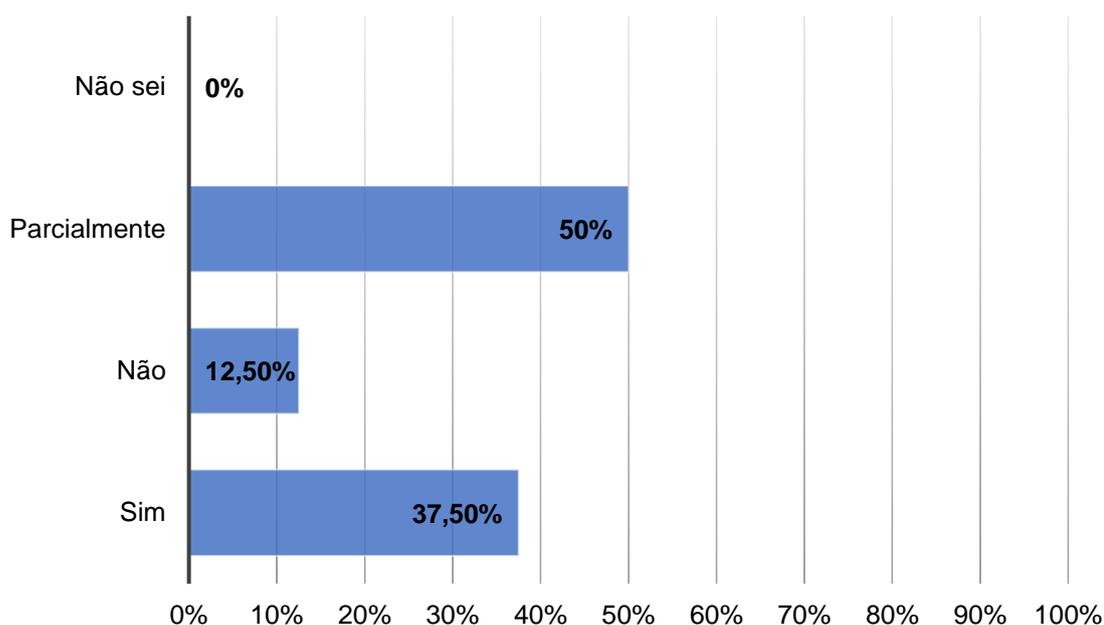
| ESCALA                            | FREQUÊNCIA | PERCENTUAL  |
|-----------------------------------|------------|-------------|
| Interesse próprio                 | 2          | 25%         |
| Necessidade                       | 2          | 25%         |
| Incentivo da Instituição          | 1          | 12,50%      |
| Exigência da coordenação do curso | 3          | 37,50%      |
| Outro (especifique)               | 0          | 0%          |
| <b>TOTAL</b>                      | <b>8</b>   | <b>100%</b> |

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

De acordo com o Gráfico 3 observa-se que três professoras/professores conhecem/desconhecem o PPC devido a exigência da coordenação do curso, dois sujeitos da pesquisa relatam que pela necessidade, outros dois por interesse próprio e um relata que foi por incentivo da Instituição.

Dando sequência as perguntas, os participantes foram indagados se “A partir do seu conhecimento do PPC você considera que consegue alinhar a proposta formativa do Curso com suas práticas educativas?”, obteve-se oito respostas e dois sujeitos da pesquisa ignoraram a pergunta. No Gráfico 4, observa-se que três professoras/professores conseguem alinhar a proposta formativa do curso com as suas práticas educativas, quatro conseguem de forma parcial e um relata que não consegue alinhá-las.

**Gráfico 4 – Proposta formativa e Práticas educativas**



**LEGENDA**

| ESCALA       | FREQUÊNCIA | PERCENTUAL  |
|--------------|------------|-------------|
| Sim          | 3          | 37,50%      |
| Não          | 1          | 12,50%      |
| Parcialmente | 4          | 50%         |
| Não sei      | 0          | 0%          |
| <b>TOTAL</b> | <b>8</b>   | <b>100%</b> |

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao serem indagados se “Você identifica o desenvolvimento de práticas integradoras e interdisciplinares no desenvolvimento do Curso técnico de nível médio em administração, na forma integrada? Se sim, quais?”, obteve-se oito respostas e dois sujeitos da pesquisa ignoraram a pergunta. Observa-se no Quadro 8 que cinco professoras/professores relatam que não conseguem identificar o desenvolvimento de práticas integradoras e interdisciplinares no desenvolvimento do Curso do EMI em Administração do IFAM/CMZL (P1, P2, P3, P4 e P6), e três professoras/professores conseguem identificá-las (P5, P7 e P8).

**Quadro 8 – Identificação do desenvolvimento de práticas integradoras e interdisciplinares**

| <b>PROFESSORAS/PROFESSORES</b> | <b>RESPOSTAS</b>   |
|--------------------------------|--|
| P1                             | “Não identifico”   |
| P2                             | “Não”  |
| P3                             | “Não”  |
| P4                             | “Não”  |
| P5                             | “Considero algumas atividades desenvolvidas no Câmpus como: organização de eventos e palestras organizadas pelos próprios alunos.” |
| P6                             | “Não”  |
| P7                             | “Sim interdisciplinaridade”  |
| P8                             | “A matemática e o empreendedorismo”  |

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao solicitar para que “A partir da resposta dada na questão anterior, descreva de que maneira acontece o alinhamento da proposta formativa do Curso com suas práticas educativas.”, obteve-se quatro respostas e seis professoras/professores ignoraram a pergunta. No Quadro 9, percebe-se que os sujeitos da pesquisa relatam, que de fato, o alinhamento da proposta formativa do Curso com suas práticas educativas não acontece (P1 e P3) e dois descrevem como tais fenômenos ocorrem (P2 e P4).

**Quadro 9 – Formas de alinhar a proposta formativa do curso com às práticas educativas**

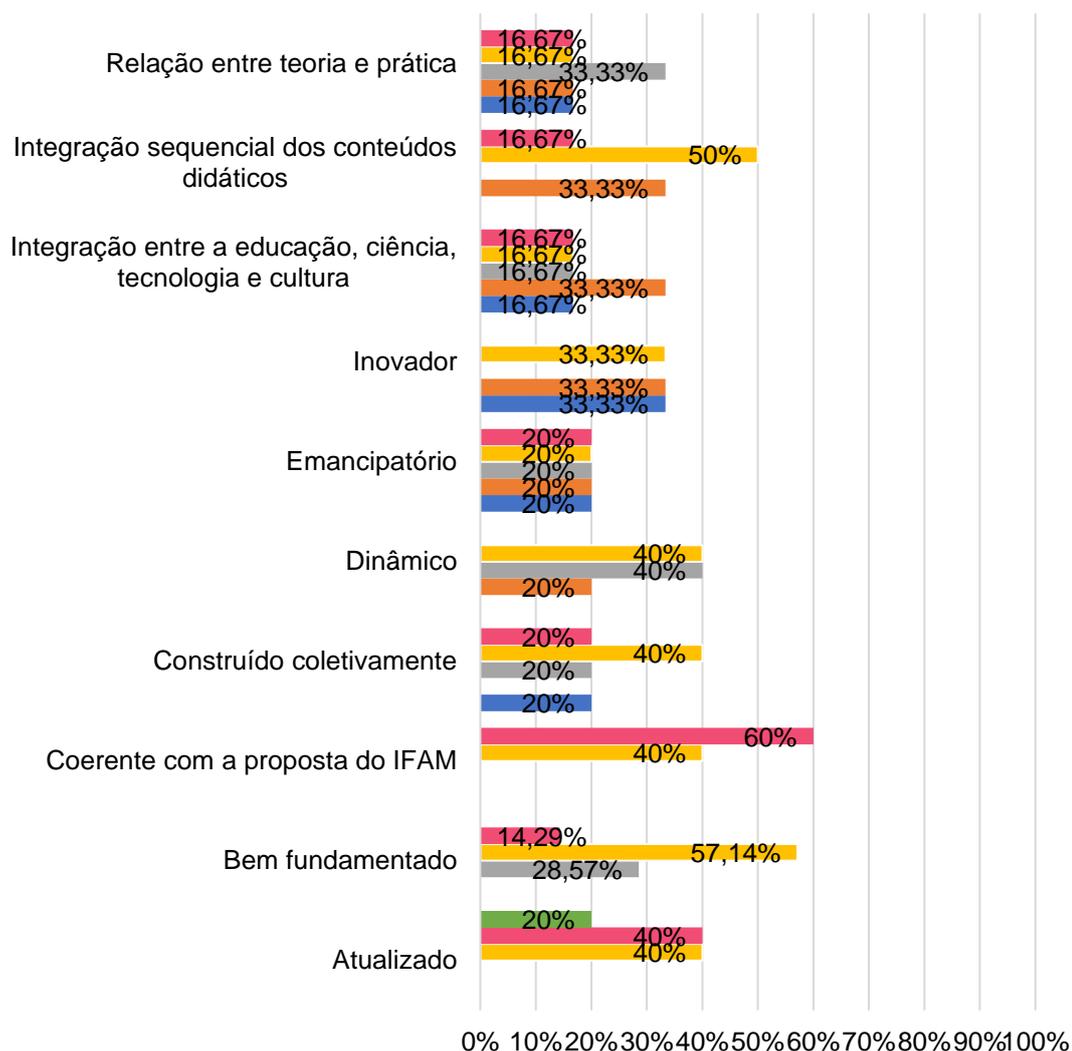
| <b>PROFESSORAS/PROFESSORES</b> | <b>RESPOSTAS</b>   |
|--------------------------------|--|
| P1                             | “Não se aplica”  |
| P2                             | “A partir de diferentes gêneros textuais, procuro desenvolver um ensino-aprendizagem voltado para a reflexão crítica e |

|    |   |
|----|---|
|    | para a cidadania, tendo em vista o trabalho como princípio educativo, em que os aprendizes são vistos como sujeitos ativos no mundo.” |
| P3 | “Não acontece”  |
| P4 | “A própria vivência do que existe no campus”  |

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os sujeitos da pesquisa escalonam como caracterizam o PPC do curso: “Numa escala de 0 a 5, sendo 0 a nota mais baixa e 5 a mais alta, como você caracteriza o PPC do Curso técnico de nível médio em administração, na forma integrada, do IFAM/CMZL?”, obteve-se sete respostas no total, porém, com variações em algumas escalas, e três professoras/professores ignoraram a pergunta, conforme Gráfico 5.

**Gráfico 5 – Caracterização do Curso do EMI em Administração sob a ótica das professoras e dos professores**



| LEGENDA  |        |        |        |        |        |     | FREQUÊNCIA |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|-----|------------|
| ESCALA   | 0      | 1      | 2      | 3      | 4      | 5   |            |
| Atualizado   | 0%     | 0%     | 0%     | 40%    | 40%    | 20% | 5          |
| Bem fundamentado   | 0%     | 0%     | 28,57% | 57,14% | 14,29% | 0%  | 7          |
| Coerente com a proposta do IFAM                            | 0%     | 0%     | 0%     | 40%    | 60%    | 0%  | 5          |
| Construído Coletivamente                                   | 20%    | 0%     | 20%    | 40%    | 20%    | 0%  | 5          |
| Dinâmico   | 0%     | 20%    | 40%    | 40%    | 0%     | 0%  | 5          |
| Emancipatório  | 20%    | 20%    | 20%    | 20%    | 20%    | 0%  | 5          |
| Inovador   | 33,33% | 33,33% | 0%     | 33,33% | 0%     | 0%  | 6          |
| Integração entre a educação, ciência, tecnologia e cultura | 16,67% | 33,33% | 16,67% | 16,67% | 16,67% | 0%  | 6          |
| Integração sequencial dos conteúdos didáticos              | 0%     | 33,33% | 0%     | 50%    | 16,67% | 0%  | 6          |
| Relação entre teoria e prática                             | 16,67% | 16,67% | 33,33% | 16,67% | 16,67% | 0%  | 6          |

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Percebe-se no Gráfico 5 que os sujeitos da pesquisa consideram a caracterização do PPC do curso, em sua maioria, ao que se refere a “relação entre teoria e prática” na média 2 (dois); quanto a “integração sequencial dos conteúdos didáticos” na média 3 (três); quanto a “integração entre a educação, ciência, tecnologia e cultura” na média um (um); quanto ser “inovador” em médias empatadas entre 0 (zero), 1 (um) e 3 (três); quanto a ser “emancipatório” em médias empatadas entre 0 (zero) e 4 (quatro); quanto a ser “dinâmico” em médias empatadas entre 2 (dois) e 3 (três); quanto a ter sido “construído coletivamente” na média 3 (três); quanto a ser “coerente com a proposta do IFAM” na média 4 (quatro); quanto a ser “bem fundamentado” na média 3 (três); e quanto a ser “atualizado” em médias empatadas entre 3 (três) e 4 (quatro).

Na sequência, foi questionado “De que maneira as características apontadas acima favorecem/dificultam a sua prática cotidiana como professora/professor?”, obtiveram-se três respostas e sete professoras/professores ignoraram a pergunta. Nota-se, no Quadro 10, a dificuldade de integração entre os componentes curriculares (P1 e P3) e o sentido da busca pelos componentes da formação básica e técnica (formação humana) (P2).

**Quadro 10 – Características que favorecem/dificultam a prática cotidiana como professora/professor**

| PROFESSORAS/PROFESSORES | RESPOSTAS   |
|-------------------------|---|
| P1                      | “Não há interesse dos outros professores em integrar as disciplinas, com isso as disciplinas são trabalhadas separadamente, o que resulta excesso de conteúdo e atividades avaliativas para os alunos.”   |
| P2                      | “Enquanto professora de inglês, o meu objetivo é promover um ensino-aprendizagem que tenha sentido para o aprendiz, voltado para a sua cidadania e não para fins neoliberais. Às vezes, o ensino profissional é confundido como formação de profissionais apenas para o mercado.” |
| P3                      | “Falta de integração ou interdisciplinaridade entre as disciplinas”   |

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Para finalizar a participação dos sujeitos investigados indagou-se “Qual a sua concepção a respeito da Educação Profissional Técnica integrada ao Ensino Médio?”, obtiveram-se cinco respostas e cinco participantes ignoraram a pergunta. Conforme o Quadro 11, percebe-se que a concepção da EPT do EMI está atrelada ao atendimento à legislação pertinente a EPTNM (P3); aos componentes da formação básica e técnica (formação humana, politécnica e omnilateral) (P1, P2, P3 e P4); às práticas integradoras (P5).

**Quadro 11 – Concepção das professoras e dos professores quanto a EPT do EMI**

| PROFESSORAS/PROFESSORES | RESPOSTAS  |
|-------------------------|--|
| P1                      | “Uma educação emancipatória que não visa somente a formação do aluno para o mundo do trabalho, mas sim a sua formação integral do aluno”   |
| P2                      | “A educação profissional técnica de nível médio é um importante segmento da educação brasileira em que a formação dos aprendizes deve ser voltada para o trabalho como princípio educativo, no qual os aprendizes são vistos como sujeitos ativos e conscientes no mundo.” |
| P3                      | “Um modelo bom que precisa constantemente de atualização”  |
| P4                      | “Importante para a formação de jovens pronto para o mundo do trabalho, com senso crítico e atento as mudanças”   |
| P5                      | “Para fortalecer a parte prática é necessário a criação de um escritório modelo”   |

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Sendo assim, para responder às questões norteadoras: “(1) Quais as concepções das professoras e dos professores que atuam no Curso do EMI, em Administração, sobre a proposta formativa constante no PPC? e (2) Quais aproximações e distanciamentos podem ser percebidos entre a proposta formativa do curso e as práticas pedagógicas cotidianas das professoras e dos professores?”, emergiu do processo analítico da ATD, a categorização inicial, definida como: “EMI conforme concepção das professoras e dos professores”, onde foram novamente identificadas, três categorias emergentes:

- 1) Atendimento à legislação pertinente a EPTNM;
- 2) Componentes da formação básica e técnica (Formação Humana, Politécnica e Omnilateral); e
- 3) Práticas integradoras.

#### **4.4 Novos Emergentes: Construção dos Metatextos**

A construção dos metatextos auxilia na compreensão do todo, permitindo gerar dados qualitativos para evidenciar as relações entre as categorias que emergiram durante a pesquisa, ressaltando que a produção escrita “[...] concretizada a partir de análises e interpretações de uma investigação, não constitui expressão objetiva dos conteúdos de um *corpus* de análise [...]”, porém, representa “[...] construções e interpretações pessoais do pesquisador, tendo sempre como referência uma fidelidade e respeito às informações obtidas com os sujeitos da pesquisa.” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 116).

Em suma, os metatextos traduzem-se nas respostas às questões norteadoras quanto à finalização do processo de análise.

É importante ressaltar que as categorias que direcionaram a análise desse estudo do contexto de desenvolvimento do EMI emergiram das questões norteadoras da pesquisa, sendo consideradas como categorias prioritárias.

#### 4.4.1 Atendimento à legislação pertinente a EPTNM

Esta categorização contribui para a compreensão do processo de construção do PPC, assim como mapeia em que medida o PPC está em harmonia com as legislações educacionais pertinentes à EPTNM e aos princípios norteadores do EMI.

Importa mencionar que todo PPC da EPTNM precisa estar fundamentado nas DCNEPTNM vigente na época da sua criação, neste caso, seguindo tanto a Resolução Nº. 6/2012 do CNE, quanto o CNCT (2014) e ainda, outras legislações pertinentes, como por exemplo, o PPP da Instituição.

Art. 12 Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio são organizados por eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, instituído e organizado pelo Ministério da Educação ou em uma ou mais ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

[...]

Art. 15 O currículo, consubstanciado no plano de curso e com base no princípio do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, é prerrogativa e responsabilidade de cada instituição educacional, nos termos de seu projeto político-pedagógico, observada a legislação e o disposto nestas Diretrizes e no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (DCNEPTNM, 2012).

O PPC (2019) afirma que a construção de sua proposta pedagógica de curso baseia-se nos princípios pedagógicos consubstanciados na LDB (1996), nas DCNEPTNM (2012) e no CNCT (2014).

Este Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Administração, na Forma Integrada, atende aos pressupostos da legislação da Educação Profissional e Tecnológica brasileira constantes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº. 9.394/96), bem como as demais resoluções e pareceres que normatizam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (PPC - IFAM, 2019, p.17).

O PPC (2019) também atende à legislação pertinente da EPTNM quando afirma que sua estrutura curricular está orientada pelo CNCT (2014), especialmente para o Curso Técnico de Nível Médio na Forma Integrada.

Os Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada possuem uma estrutura curricular fundamentada na concepção de Eixos Tecnológicos constantes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), aprovado pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de dezembro de 2014, com base no Parecer CNE/CEB nº 8, de 9 de outubro de 2014, homologado pelo Ministro da Educação, em 28 de novembro de 2014 (PPC - IFAM, 2019, p. 17).

Evidencia-se a concepção da EPT do EMI atrelada ao atendimento da legislação pertinente a EPTNM quando o sujeito P3 relata que é “Um modelo bom que precisa constantemente de atualização”.

O processo de análise evidencia que os escritos no PPC vigente (2019) atendem parcialmente às sinalizações da legislação educacional pertinente à EPTNM, de acordo com a Resolução Nº. 6/2012 do CNE, referente às DCNEPTNM, especificamente em seu artigo 20, incisos IV e VIII, como mencionado na seção 4.2 (Análise documental do PPC do Curso do EMI em Administração).

#### *4.4.2 Componentes da formação básica e técnica*

Os componentes da formação básica e técnica (formação humana, politécnica e omnilateral) foram identificados nas DCNEPTNM (2012), no PPC (2019) e na concepção dos sujeitos investigados.

As DCNEPTNM (2012) relatam que o perfil do curso deve atender a integração entre valores científicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos, tendo o trabalho como princípio educativo, a pesquisa como princípio pedagógico e os conhecimentos e as habilidades específicas para atender o perfil profissional, sendo assim, ocorrendo a articulação entre trabalho, educação, ciência, tecnologia e cultura, fatores essenciais para uma formação humana, politécnica e omnilateral.

Art. 13 A estruturação dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, orientada pela concepção de eixo tecnológico, implica considerar:

I - a matriz tecnológica, contemplando métodos, técnicas, ferramentas e outros elementos das tecnologias relativas aos cursos;

II - o núcleo politécnico comum correspondente a cada eixo tecnológico em que se situa o curso, que compreende os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que alicerçam as tecnologias e a contextualização do mesmo no sistema de produção social;

III - os conhecimentos e as habilidades nas áreas de linguagens e códigos, ciências humanas, matemática e ciências da natureza, vinculados à Educação Básica deverão permear o currículo dos cursos técnicos de nível médio, de acordo com as especificidades dos mesmos, como elementos essenciais para a formação e o desenvolvimento profissional do cidadão;

IV - a pertinência, a coerência, a coesão e a consistência de conteúdo, articulados do ponto de vista do trabalho assumido como princípio educativo, contemplando as necessárias bases conceituais e metodológicas;

V - a atualização permanente dos cursos e currículos, estruturados em ampla base de dados, pesquisas e outras fontes de informação pertinentes DCNEPTNM (2012).

O documento base da EPTNM (2010) auxilia na compreensão de integração do currículo, ao relatar que,

Se pela formação geral as pessoas adquirem conhecimentos que permitam compreender a realidade, na formação profissional o conhecimento científico adquire, para o trabalhador, o sentido de força produtiva, traduzindo-se em técnicas e procedimentos, a partir da compreensão dos conceitos científicos e tecnológicos básicos que o possibilitarão à atuação autônoma e consciente na dinâmica econômica da sociedade (SETEC/MEC, 2010, p. 47).

Ao construir o currículo é necessário refletir mais sobre o mundo do trabalho do que no mercado de trabalho, sendo necessário identificar quais os conhecimentos são constituintes na formação integral do sujeito, sujeito este que tenha o conhecimento técnico científico de determinada área, mas que de maneira integrada consiga compreender a relação desses conhecimentos com conhecimentos de outras áreas, tornando-se sujeito crítico, autônomo e emancipado (MOURA, 2018).

Sendo assim, foram identificadas nas DCNEPTNM (2012) e no PPC (2019) convergências quanto a concepção do currículo integrado:

Art. 14 Os currículos dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio devem proporcionar aos estudantes:

I - diálogo com diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como referências fundamentais de sua formação;

II - elementos para compreender e discutir as relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas;

III - recursos para exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientados por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromissos com a construção de uma sociedade democrática;

[...]

VI - fundamentos de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho (DCNEPTNM, 2012).

A oferta do Curso Técnico de Nível Médio em Administração, na Forma Integrada será orientada para a formação integral do educando, que também se apresenta como um dos fundamentos da educação profissional, disposto, inclusive, nas DCNEPTNM, que defendem que essa integralidade se estenda aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, priorizando o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico e favorecendo, dessa maneira, a integração entre a educação, a ciência, a

tecnologia e a cultura, as quais deverão ser tomadas como base para a construção da proposta político-pedagógica e de desenvolvimento curricular (PPC – IFAM, 2019, p. 20).

Percebe-se, no currículo, um perfil profissional tendo o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico: compreensões sociais, de produção e trabalho; sujeito autônomo e crítico; conhecimento tecnológico e técnico; postura ética, estética e política; postura empreendedora, sendo mais uma vez perceptível a integração entre trabalho, educação, ciência, tecnologia e cultura.

Art. 17 O planejamento curricular fundamenta-se no compromisso ético da instituição educacional em relação à concretização do perfil profissional de conclusão do curso, o qual é definido pela explicitação dos conhecimentos, saberes e competências profissionais e pessoais, tanto aquelas que caracterizam a preparação básica para o trabalho, quanto as comuns para o respectivo eixo tecnológico, bem como as específicas de cada habilitação profissional e das etapas de qualificação e de especialização profissional técnica que compõem o correspondente itinerário formativo (DCNEPTNM, 2012).

A concepção de sujeito defendida no PPC (2019) está em harmonia com a concepção de sujeito defendida pela proposta filosófica, teórica e política do EMI, uma vez que no EMI, o sujeito é entendido como autônomo e capaz de

[...] compreender-se no mundo e dessa forma, nele atuar, por meio do trabalho, transformando a natureza em função das necessidades coletivas da humanidade e, ao mesmo tempo, cuidar de sua preservação face às necessidades dos demais seres humanos e das gerações futuras (SETEC/MEC, 2010, p. 48).

Portanto, sendo necessário

[...] repensar o lugar do educando/a-trabalhador/a no processo de ensino e aprendizagem, reconhecendo e valorizando sua experiência de vida e sua experiência profissional de modo a torná-las mais significativas dentro do espaço escolar (PPC – IFAM, 2019, p. 18).

O EMI, concorda Ramos (2010, p. 48), se integra de

Sujeitos que tem uma vida, uma história e uma cultura. Que tem necessidades diferenciadas, mas conquistaram direitos universais. Conhecimentos que são construídos socialmente ao longo da história, constituindo o patrimônio da humanidade, cujo acesso, portanto, todos tem direito.

Dando sequência a análise, o PPC – IFAM (2019, p. 27) destaca: “Nesta perspectiva, a metodologia dialética compreende o homem como ser ativo e de relações. Os métodos de ensino partem de uma relação direta com a experiência do discente, confrontada com o saber trazido de fora.”.

Seguindo este raciocínio, destaca-se a percepção do sujeito P2 ao compreender a concepção de formação humana integral proposta pelo EMI:

A educação profissional técnica de nível médio é um importante segmento da educação brasileira em que a formação dos aprendizes deve ser voltada para o trabalho como princípio educativo, no qual os aprendizes são vistos como sujeitos ativos e conscientes no mundo.

Tal percepção sobre o EMI está em consonância com a concepção de formação humana integral defendida pela proposta, como destaca Ciavatta (2005, p. 2-3), ao afirmar que a formação humana busca “[...] garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política.”.

Essas concepções voltadas para os componentes da formação básica e técnica, onde a formação humana, politécnica e omnilateral trabalham lado a lado é evidenciada no PPC (2019) ao relatar que,

[...] de modo geral, que o educando seja preparado para o trabalho e a cidadania, tornando-se capaz de adaptar-se com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento e, para tanto, regulamenta sobre a necessidade de se aprimorar as questões que se relacionam à sua formação humana e cidadã, estas tomadas em suas dimensões éticas e que estabeleçam conexões com o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, as quais se coadunam com as concepções que delimitam a compreensão do que hoje se fundamenta a Educação Tecnológica, e em especial ao Ensino Tecnológico no qual o saber, o fazer e o ser se integram, e se tornam objetos permanentes da ação e da reflexão, constituindo-se em uma forma de ensinar construída por humanos, para humanos, mediada por tecnologia e visando à construção de conhecimento (PPC – IFAM, 2019, p. 19).

Vale mencionar que os pilares da educação: saber - fazer, saber - ser e saber - saber, mencionados no PPC (2019) remete à pedagogia das competências, proposta incompatível com a concepção de formação humana integral. Essas concepções, conforme Ramos (2009, on-line), delineiam que

Esse deslocamento da qualificação para as competências no plano do trabalho produziu, no plano pedagógico, outro deslocamento, a saber: do ensino centrado em saberes disciplinares para um ensino definido pela produção de competências verificáveis em situações e tarefas específicas e que visa a essa produção, que caracteriza a 'pedagogia das competências'. Essas competências devem ser definidas com referência às situações que os alunos deverão ser capazes de compreender e dominar. A 'pedagogia das competências' passa a exigir, então, tanto no ensino geral quanto no ensino profissionalizante, que as noções associadas (saber, saber-fazer, objetivos) sejam acompanhadas de uma explicitação das atividades (ou tarefas) em que elas podem se materializar e se fazer compreender, explicitação esta que revela a impossibilidade de dar uma definição a essas noções separadamente das tarefas nas quais elas se materializam.

Identificou-se, na concepção do sujeito P2, o entendimento de uma formação humana integral, uma vez que se ancora nos princípios que consubstanciam a EPTNM, ao relatar que o seu principal objetivo “[...] é promover um ensino-aprendizagem que tenha sentido para o aprendiz, voltado para a sua cidadania e não para fins neoliberais. Às vezes, o ensino profissional é confundido como formação de profissionais apenas para o mercado”, ou seja, reconhecendo que a formação humana da EPT não visa, exclusivamente, a preparação para o mercado de trabalho, mas, preparar os educandos para que tenham autonomia e poder de escolha.

O discurso materializado nos escritos no PPC (2019) e através do sujeito P4, ao afirmar que é “Importante para a formação de jovens pronto para o mundo do trabalho, com senso crítico e atento as mudanças”, demonstram a intencionalidade da promoção de uma formação humana integral em que o trabalho é discutido quanto a sua “[...] dimensão ontológica de automeadiação [...], assim, o ponto de partida para a produção de conhecimentos e de cultura pelos grupos sociais.” (RAMOS, 2010, p. 48).

Assim, entende-se que, considerar trabalho e pesquisa como princípios da prática educativa da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a partir do reconhecimento do trabalho como experiência fundamental do educando-trabalhador – significa desenvolver uma prática voltada para a reflexão e ação, possibilitando aos educandos maneiras críticas de agir no mundo com vistas à sua compreensão e transformação (PPC – IFAM, 2019, p. 22).

Moura (2007, p. 20) destaca que a base da EPT deve ser “Uma formação voltada para a superação da dualidade estrutural [...]”, como identificado no PPC (2019) e no relato do P1, ao afirmar que “Uma educação emancipatória que não visa somente a formação do aluno para mudo do trabalho, mas sim a sua formação integral do aluno”.

No sentido de superar, ou ao menos minimizar, a histórica dualidade entre a formação profissional e a formação geral - situação que fica ainda mais evidente nos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ofertados na Forma Integrada, é apontado o caminho de formação a partir da organização do ensino em torno dos princípios da omnilateralidade e da politecnia. Tais princípios, consideram o sujeito na sua integralidade e pretendem desenvolver uma concepção unitária na construção do conhecimento nas diversas áreas do saber (PPC – IFAM, 2019, p. 23).

Mesmo que o ensino médio esteja sob as condições de dualidade, constitui-se em uma ausência socialmente construída, quanto sua quantidade e qualidade, por meio da opção de uma formação para o trabalho simples e da não preocupação com as bases da ampliação da produção científica, técnica e tecnológica, assim como do direito de cidadania efetiva em nosso país (FRIGOTTO, 2010).

Ramos (2010, p. 48), contribui com Moura (2007) e Frigotto (2010), ao salientar que é necessário “[...] um projeto de ensino médio que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e que desloque o foco de seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana.”.

Durante o processo de análise, é possível perceber que o PPC (2019) apresenta uma concepção pedagógica ancorada na proposta do EMI, fundamentada na formação humana integral, logo, em consonância com a proposta pedagógica e filosófica do EMI.

#### *4.4.3 Práticas Integradoras*

As práticas integradoras são importantes para a compreensão da concepção do EMI. Elas foram identificadas nas DCEPTNM (2012), no PPC (2019) e na concepção dos sujeitos investigados, auxiliando assim, na compreensão quanto a concepção do EMI.

O desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras é um dos elementos essenciais para potencializar a materialização do EMI, pois tais atividades viabilizam o sujeito tanto no desenvolvimento da capacidade de trabalho em grupo quanto à resolução de problemas, oportunizando ao sujeito a aplicabilidade dos conhecimentos ao seu dia a dia.

tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integra as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional de técnico e correspondentes etapas de qualificação e de especialização profissional técnica de nível médio (DCNEPTNM, 2012).

Moura (2013, p. 104) ressalta que a prática curricular que “[...] acontece nas instituições educacionais é fruto de relações muito mais complexas, atreladas à racionalidade hegemônica em cada sociedade.”.

No PPC (2019), verifica-se a importância de estratégias interdisciplinares e práticas integradoras para a potencialização da construção de conhecimentos, considerando a perspectiva histórico-cultural, dando ênfase ao que estabelece as DCNEPTNM (2012).

Além do princípio de indissociabilidade entre teoria-prática busca-se neste curso viabilizar, conforme estabelece as DCNEPTNM, arranjos curriculares e práticas pedagógicas alinhadas com a interdisciplinaridade, pois compreende-se que a fragmentação de conhecimentos precisa ser gradualmente superada, bem como a segmentação da organização curricular, por meio da articulação dos componentes curriculares através de metodologias integradoras (PPC – IFAM, 2019, p. 25).

A interdisciplinaridade, “[...] ao contrário do que se tem enfatizado, especialmente no campo educacional, não é sobretudo uma questão de método de investigação e nem de técnica didática, ainda que se manifeste enfaticamente neste plano.”, tendo em vista que ela “[...] se impõe como necessidade e como problema fundamentalmente no plano material histórico-cultural e no plano epistemológico.” (FRIGOTTO, 2008, p. 4).

Sabendo da importância da integração, é preocupante a colocação do sujeito P1 ao relatar que “Não há interesse dos outros professores em integrar as disciplinas, com isso as disciplinas são trabalhadas separadamente, o que resulta excesso de conteúdo e atividades avaliativas para os alunos”, e ainda, o relato do sujeito P3, em relação a dificuldade da integração: “Falta de integração ou interdisciplinaridade entre as disciplinas”.

Mesmo o PPC (2019) abordando as várias possibilidades de integração, na concepção dos sujeitos investigados, a maioria não consegue identificar tais práticas integradoras e interdisciplinares (P1, P2, P3, P4, P6), porém, o sujeito P5 relata que vislumbra tais práticas através de “algumas atividades desenvolvidas no Câmpus

como: organização de eventos e palestras organizadas pelos próprios alunos”, o P7 afirma identificar interdisciplinaridade e o P8 relata que identifica através da “[...] matemática e o empreendedorismo”.

Outras formas de integração poderão ocorrer por meio de: Atividades Complementares, Visitas Técnicas, Estágio Profissional Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso Técnico, Projetos de Pesquisa, Projetos de Extensão, Práticas de Laboratório, dentre outras que facilitam essa aproximação entre essas dimensões integradoras do currículo (PPC – IFAM, 2019, p. 28).

Há que se levar em consideração também diferentes técnicas de pesquisa, desde análise documental, entrevistas, questionários, etc. em sala de aula podem ser utilizados para criar situações reais ou simuladas, em que os estudantes aplicam teorias, instrumentos de análises e solução de problemas, seja para resolver uma dificuldade ou chegar a uma decisão conjunta com fins de aprendizagem (PPC – IFAM, 2019, p. 29).

O PPC (2019), destaca a adoção de práticas integradoras, pois, evidencia a construção de sua proposta metodológica na solução de problemas, oportunizando aos educandos a construção de uma visão integrada do conhecimento apreendido, configurando-se como potência na construção de um pensamento científico.

Frigotto (2008, p. 48), enfatiza que

Quando nos esforçamos para conhecer determinado aspecto ou fato das múltiplas práticas e relações sociais que os homens estabelecem num determinado tempo, numa determinada cultura percebemos que mediata ou imediatamente o sujeito que busca conhecer este aspecto da realidade está nela implicado.

Ainda sob a ótica dos sujeitos, cabe mencionar que o alinhamento da proposta formativa do curso com as práticas acontece “A partir de diferentes gêneros textuais, procuro desenvolver um ensino-aprendizagem voltado para a reflexão crítica e para a cidadania, tendo em vista o trabalho como princípio educativo, em que os aprendizes são vistos como sujeitos ativos no mundo” (P2) e através da “[...] própria vivência do que existe no campus” (P4).

Corroborando Ciavatta (2005, p. 15) ao afirmar que

Tanto os processos de ensino-aprendizagem, como de elaboração curricular devem ser objeto de reflexão e de sistematização do conhecimento através das disciplinas básicas e do desenvolvimento de projetos que articulem o geral e o específico, a teoria e a prática dos conteúdos, inclusive com o

aproveitamento das lições que os ambientes de trabalho podem proporcionar (visitas, estágios etc.).

Após a análise, pode-se afirmar que, o PPC (2019) tem atendido a legislação pertinente à EPTNM e ao EMI, onde a metodologia descrita sinaliza para o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras que buscam articular os diferentes saberes envolvidos no processo formativo, tendo como estratégia central a interdisciplinaridade.

O PPC (2019) demonstra que a concepção de EMI descrita está em consonância com a proposta filosófica, teórica, política e pedagógica do EMI, uma vez que orientam seu processo formativo com base na articulação/integração entre o ensino médio e a EPTNM, fundamentado nas dimensões indissociáveis do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura com o foco na formação humana integral dos educandos, contrapondo-se à educação que visa a dualidade, que ao longo da história tem definido a educação profissional brasileira.

Percebe-se que o PPC (2019) aborda as várias possibilidades de integração, porém, a maioria dos sujeitos investigados não conseguem identificar práticas integradoras e interdisciplinares. Nota-se, ainda, que os sujeitos investigados possuem uma compreensão parcial da proposta filosófica, pedagógica, política e metodológica do EMI.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações mundiais, tanto econômicas quanto sociais, fazem parte da história da RFEPCT e, portanto, influenciaram nas políticas públicas voltadas à EPT, pois o processo de industrialização e desenvolvimento econômico em nosso país demandou a formação de profissionais técnicos para o mercado de trabalho.

Com a expansão da RFEPCT, através da Lei Nº 11.892/2008, ampliou-se o número de escolas federais de EPT, assim como o número da oferta de vagas, oportunizando o ensino de qualidade as regiões mais remotas, de norte a sul, do país.

As discussões em torno da EPT, sob o ponto de vista de uma sociedade capitalista, baseiam-se na divisão social do trabalho, onde questões do trabalho e do conhecimento estão em lados opostos, pois, percebe-se a dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho braçal.

A EPT, para a sociedade capitalista, foca em formar o sujeito para atender a demanda do mercado, ou seja, uma formação voltada para que o sujeito seja inserido no mercado de trabalho, a partir de uma competência técnica, que é proporcionada pelo sistema educacional, e assim, possa fazer o mercado funcionar, mantendo a centralidade na dimensão econômica, independente do que ocorra com os seres humanos.

Porém, Moura (2018) afirma que para se ter uma formação humana integral não significa desconsiderar a economia, mas, deve ser questionado se (1) há a necessidade de os seres humanos estarem a serviço da economia, (2) há a possibilidade de a economia ser organizada de uma maneira cujos benefícios possam ser socializados com todos os seres humanos, (3) a economia precisa estar sob o domínio de um pequeno grupo?

Sabe-se que há a necessidade de uma formação profissional para o mundo do trabalho, principalmente, para as filhas e filhos da classe trabalhadora, porém, que não seja essa a finalidade do processo formativo, mas, seja uma formação ampla, que integre as dimensões do trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

Os IF's estão atrelados a uma formação para além da tecnicista, mas que visa a formação integral do sujeito, a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, ou seja, busca promover a indissociabilidade entre o fazer e o pensar, desenvolver a compreensão crítica e política dos sujeitos diante da sociedade e

garantir as bases do conhecimento para que possa continuar aprendendo e avançando em novos estudos, aprimorando-se de forma humana e profissional.

Portanto, a EPT tem o intuito de superar a concepção de uma educação para o capital humano, ou seja, a educação meramente profissionalizante, com mão-de-obra barata para o mercado de trabalho, e visar na concepção da formação integral, onde a formação da qualificação para o mundo do trabalho faça parte, mas que atue na perspectiva da formação integral, preparando o sujeito para o exercício da cidadania, acesso para os conhecimentos historicamente construídos pela humanidade, bem como, acesso à cultura, a tecnologia, a dimensão política, a pesquisa, a iniciação científica, a extensão.

O papel da EPT está voltado para formar seres humanos com conhecimentos técnicos científicos sobre determinada área, mas, que principalmente, haja a relação desses conhecimentos com as demais áreas e que, os sujeitos em formação, conheçam quais as forças que estão em disputa na sociedade, para que assim, de maneira autônoma, crítica e emancipada, sob o domínio científico e técnico e a relação desses conhecimentos com as demais áreas, o sujeito possa se posicionar diante da sociedade, ou até mesmo reforçar o modelo hegemônico, se assim o sujeito desejar, diante da sua emancipação, ou se contrapondo ao modelo vigente, já que não existe neutralidade, pois, somos seres políticos (MOURA, 2018).

A pesquisa sobre o EMI no IFAM, na ótica do Curso Técnico de Nível Médio em Administração, na forma integrada, especificamente do CMZL, está amparada em estudos críticos da proposta filosófica, teórica e política do EMI, nos documentos norteadores do IFAM, como legislações e o PPC vigentes, e nos discursos dos sujeitos investigados.

A investigação evidencia que os escritos no PPC vigente (2019) atendem parcialmente às sinalizações da legislação educacional pertinente à EPTNM, de acordo com a Resolução Nº. 6/2012 do CNE, referente às DCNEPTNM, especificamente em seu artigo 20, incisos IV e VIII.

A análise auxilia, tanto para o entendimento quanto para a defesa, de um EMI sob a concepção dos componentes da formação básica e técnica, ou seja, na perspectiva da formação humana integral do sujeito e comprometida com a formação politécnica e omnilateral dos sujeitos.

A pesquisa, com base nos documentos analisados e na concepção dos sujeitos investigados que atuam no Curso Técnico de Nível Médio em Administração, na forma integrada, do IFAM/CMZL, contribui para expandir e agregar conhecimento ao que tange as políticas públicas da EPT do EMI na instituição.

Faz-se necessário romper com práticas fragmentadas ao longo da história da EPT e avançar ao que diz respeito às práticas integradoras, o que é perceptível na concepção dos sujeitos investigados.

Cabe mencionar a necessidade de ultrapassar a barreira do desconhecimento da proposta filosófica e pedagógica de alguns profissionais que atuam no EMI, por meio de espaços formativos.

Através das vozes dos sujeitos investigados, nota-se que a maioria possui conhecimento em relação ao PPC (2019), em virtude da exigência da coordenação do curso, porém, relatam que, conseguem alinhar parcialmente a proposta formativa do curso às práticas pedagógicas.

A análise do PPC (2019) demonstra que existe uma realidade que diverge do escrito nos documentos e a, de fato, vivida pelos sujeitos investigados, quando a perspectiva é a integração das práticas pedagógicas.

Esta pesquisa possibilita a reflexão sobre as políticas públicas para a EPT e encoraja-nos a contribuir para a construção de sujeitos autônomos, críticos, políticos e emancipados, que por ser um ideal utópico, alcançá-lo é tarefa árdua, tendo em vista que são necessárias tomadas de decisão e mudanças de postura, além de questões políticas, para romper com a dualidade estrutural que está enraizada ao longo da história da EPT do país. Entretanto, esta reflexão, como parte da construção e compreensão da realidade educacional não se encerra aqui, continua para além desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **Normas ABNT 6023**. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT (Coletânea de normas), 14 de nov. 2018. ISBN 978-85-07-07757-2. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/162kBLyH8\\_JdABUInA5P2DcMjMDK\\_HPeh/view](https://drive.google.com/file/d/162kBLyH8_JdABUInA5P2DcMjMDK_HPeh/view). Acesso em: 19 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. **Elaboração de tcc, dissertação e tese**. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2018. (Coletânea Eletrônica). ISBN 978-85-07-07790-9.

BRASIL. **Resolução Nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: DF, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 03 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **Acordo de Metas entre o Ministério da Educação e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM**. Brasília: DF, 2010. Disponível em: <http://www.ifam.edu.br/portal/images/file/Acordo%20de%20Metas.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasil: DF, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em: 30 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº. 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: DF, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm#art9](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm#art9). Acesso em: 29 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CEB Nº. 39/2004**. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília: DF, 2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/parecer39\\_04.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/parecer39_04.pdf). Acesso em: 17 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: DF, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 21 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: RJ, [1937]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em 30 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909.** Crêa nas capitães dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro: RJ, [1909]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 out. 2020.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. A ideologia persistente do desenvolvimento. [Entrevista cedida a] Silene de Moraes Freire e Mariela Nathalia Becher. **Revista em Pauta: Crise e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, n. 31, v. 11, 1º sem./2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/7567/5470>. Acesso em: 29 out. 2020.

CIAVATTA, Maria. A historicidade das reformas da educação profissional. **Cadernos de Pesquisa em Educação – PPGE/UFES**, Vitória, a. 11, n. 39, v. 19, p. 50-64, jan./jun.2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/educacao/article/download/10246/7032>. Acesso em: 29 out. 2020.

\_\_\_\_\_. A Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 6 de dez. 2005. ISSN 1808-79XX. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em: 16 dez. 2020.

CONHECIMENTO. *In*: Dicionário Online de Português. Porto: 7graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/conhecimento/#:~:text=substantivo%20masculino%20Entendimento%20sobre%20algo,tinha%20grande%20conhecimento%20de%20hist%C3%B3ria>. Acesso em: 16 dez. 2020.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **CATÁLOGO DE TESES & DISSERTAÇÕES – CAPES**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 26 jun. 2020.

FERES, Marcelo. **Desafios e possibilidades para o desenvolvimento estratégico da educação profissional técnica no Brasil e sua articulação com o ensino médio** [versão expandida]. Brasília: DF, jun. de 2018. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2020/04/ept-estudo-marceloferes.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.

FREITAS, Michele. Favelas em Manaus resultam do descaso público e comprometem a urbanização. **Emtempo**. Manaus, 31 de jan. 2016. Seção Dia a Dia. Disponível em: <https://d.emtempo.com.br/dia-a-dia/51526/favelas-em-manaus-resultam-do-descaso-publico-e-comprometem-a-urbanizacao>. Acesso em: 29 jun. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Dimensões teórico-metodológicas da Produção do conhecimento na educação Profissional. *In*: MOURA, Dante Henrique. **Educação profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas**. Natal: IFRN, 2016. 244p. il. p. 25-452. ISBN 978-85-8333-192-6. Disponível em: <https://docplayer.com.br/63676004-Educacao-profissional-desafios-teorico-metodologicos-e-politicas-publicas.html>. Acesso em: 01 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *In*: MOLL, Jaqueline e cols. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo** [recurso eletrônico]: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 25-41. ISBN 978-85-363-2200-1.

\_\_\_\_\_. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista do Centro de Educação e Letras**, v. 10, n. 1, p. 41-62, 1º semestre de 2008. Cascavel: Unioeste – Campus Foz do Iguaçu. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogica/fev\\_2014/NRE/2interdisciplinaridade\\_necessidade.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2014/NRE/2interdisciplinaridade_necessidade.pdf). Acesso em: 11 set. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN 85-224-3169-8.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2019 - 2023**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: Manaus, 2019. e-ISBN 978-85-68504-05-5. 419 p.: il. color. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/desenvolvimento-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional-1>. Acesso em: 29 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Edital processo seletivo Nº. 03/2018**. Resultado Definitivo. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/processo-seletivo-2018-1>. Acesso em: 29 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Edital processo seletivo Nº. 63/2018**. Resultado Definitivo. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/noticias/estude-no-ifam-medio-integrado>. Acesso em: 29 jun. de 2020.

\_\_\_\_\_. **Edital processo seletivo Nº. 30/2019**. Resultado Definitivo. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/estudenoifam/resultados-finais-2020-1>. Acesso em: 29 jun. de 2020.

\_\_\_\_\_. **Edital processo seletivo Nº. 12/2020**. Resultado Definitivo. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1-57hrLnCf-B6qVl2xPaLP8tFxVkJn8B4>. Acesso em: 02 set. 2021.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018. ISBN 978-85-216-2250-5. *E-book* (111 p.).

MACHADO, Ilma Ferreira. **A organização do trabalho pedagógico em uma escola do MST e a perspectiva de formação omnilateral**. Orientador: Luiz Carlos de

Freitas. 2003. 325 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2003. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/253680/1/Machado\\_IlmaFerreira\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/253680/1/Machado_IlmaFerreira_D.pdf). Acesso em: 18 dez. 2020.

MACHADO, Lucília. Ensino Médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. *In*: MOLL, Jaqueline e cols. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo** [recurso eletrônico]: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 80-95. ISBN 978-85-363-2200-1.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Max e a pedagogia moderna**. Tradução: Newton Ramos de Oliveira. Campinas: SP: Editora Alínea, 2007. ISBN 978-85-7516-212-5. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1qWr1nnpUNpe38A4iqLpTVjpAi\\_CTSAXi/view](https://drive.google.com/file/d/1qWr1nnpUNpe38A4iqLpTVjpAi_CTSAXi/view). Acesso em: 18 dez. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. ISBN 978-85-970-1076-3. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/v0ce1c>. Acesso em: 19 mai. 2020.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 3. ed. rev. e ampl. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016. (Coleção educação em ciências). ISBN 978-65-86074-19-2. *E-book* 2020 (265 p.).

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 63, p. 1.057-1.080, out./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206313>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf>. Acesso em: 20 novembro 2020.

MOURA, Dante Henrique. Publicado pelo canal Rádio e TV Federal no Ar – Instituto Federal. São Paulo: IFSP, 2018. 1 vídeo (1h31min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DjvtmhmyGRM>. Acesso em: 15 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e formação docente na educação profissional** [recurso eletrônico]. 1. ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica, v. 3). ISBN 978-85-8299-029-2. Disponível em: [https://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-para-download/trabalho-e-formacao-docente-na-educacao-profissional-dante-moura/at\\_download/arquivo](https://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-para-download/trabalho-e-formacao-docente-na-educacao-profissional-dante-moura/at_download/arquivo). Acesso em: 20 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. O Ensino Médio Integrado: Perspectivas e limites na visão dos sujeitos envolvidos. *In*: SILVA, Mônica Ribeiro (org.). **Ensino Médio Integrado: travessias**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. (*Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador*). p. 103-144. ISBN: 978-855-7591-304-8.

\_\_\_\_\_. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Revista Holos**, IFRN, ano 23, v. 2, p. 4-30, 2007. ISSN 1807-1600. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11/110>. Acesso em: 17 nov. 2021.

PACHECO, Eliezer (org.). **Perspectivas da Educação Profissional e Técnica de Nível Médio**: Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais. São Paulo: Ed. Moderna, 2012. ISBN: 978-85-16-06020-6.

POZZEBOM, Cristiane; SILVEIRA, Samarone Guedes; MARTINS, Melissa Rodrigues (elab.). **Manual para apresentação de projetos de pesquisa da Universidade La Salle** [recurso eletrônico]. 3. ed. Dados eletrônicos. Canoas, RS, 2019. Disponível em: <https://www.unilasalle.edu.br/uploads/files/974a4730a1d94b9a21681dfef4af0b0d.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. ISBN 978-85-7717-158-3. Disponível em: <https://formacademicospe.wordpress.com/2017/03/27/6-livros-de-metodologia-para-download/>. Acesso em: 20 mai. 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: Lutas históricas e resistências em tempos de regressão. *In*: ARAÚJO, Adilson César; SILVA, Nei Nascimento (orgs.). **Ensino médio integrado no Brasil**: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017. p. 20-43. 569 p. ISBN 978-85-64124-49-3.

\_\_\_\_\_. **História e política da educação profissional** [recurso eletrônico]. 1. ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica, v. 5). ISBN 978-85-8299-031-5. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%3%b3ria-e-pol%3%adtica-da-educa%3%a7%3%a3o-profissional.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. Ensino Médio Integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. *In*: MOLL, Jaqueline e cols. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo** [recurso eletrônico]: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 42-57. ISBN 978-85-363-2200-1.

\_\_\_\_\_. Pedagogia de Competências. *In*: Dicionário da Educação Profissional em Saúde (verbetes). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/pedcom.html>. Acesso em: 11 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias, v. 8, 2008. Disponível em <http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/>

concepcao\_do\_ensino\_medio\_integrado5.pdf. Acesso em: 17 dez. 2020.

SAVIANI, Dermeval. O Choque Teórico da Politecnicia. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: <http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r41.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2020.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Concepções e Diretrizes**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Um novo modelo em educação profissional e tecnológica. Brasília: SETEC/MEC, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 01 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: 2008-2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf). Acesso em: 30 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio** (documento base). Brasília: SETEC/MEC, dez. de 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf). Acesso em: 17 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: SETEC/MEC, abr. de 2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p\\_publicas.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf). Acesso em: 29 jun. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. **Mapa população por bairro de Manaus**. Manaus: SEDECTI, 2019. Disponível em: <http://www.selecti.am.gov.br/indicadores-mapa/>. Acesso em: 07 out. 2020.

SILVA, Caetana Juracy Rezende Silva (org.). **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/12/2008**: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009. 70p. ISBN 978-85-89571-50-0. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=3753-lei-11892-08-if-comentadafinal&category\\_slug=marco-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3753-lei-11892-08-if-comentadafinal&category_slug=marco-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 17 nov. 2020.

UNIVERSIDADE LA SALLE. **Linhas de Pesquisa**. Canoas, 2020. Disponível em: <https://www.unilasalle.edu.br/canoas/ppg/educacao>. Acesso em: 07 out. 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução: Cristhian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. ISBN 978-85-8260-231-7. Disponível em: <https://toaz.info/doc-viewer>. Acesso em: 28 jan. 2022.

APÊNDICE A – Levantamento de Teses e Dissertações da Coordenação de  
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

|                  | AUTOR   | TÍTULO  | ANO  |
|------------------|---|---|------|
| PRIMEIRO MOMENTO | Dissertação de Felipe Nagoberto Coimbra de Oliveira | Curso integrado em agropecuária do IFAM <i>campus Maués</i> e a formação humana integral: desafios e perspectivas de um <i>campus</i> do interior do estado do Amazonas.                            | 2019 |
|                  | Dissertação de Rosangela Santos da Silva            | Projetos Pedagógicos do curso técnico de nível médio em informática na forma integrada do IFAM: do escrito ao vivido pelos diferentes sujeitos.   | 2017 |
| SEGUNDO MOMENTO  | Dissertação de Elizane de Araújo Leite              | A expansão e a interiorização da educação profissional e tecnológica no Amazonas.   | 2013 |
|                  | Tese de José Eurico Ramos de Souza                  | A contribuição do IFAM – <i>campus</i> São Gabriel da Cachoeira para o desenvolvimento local/regional frente à diversidade étnica e cultural da região do Alto Rio Negro no Amazonas (2007 – 2014). | 2018 |
|                  | Dissertação de Julieuzza de Souza Natividade        | Ensino médio integrado no IFAM/ <i>campus</i> Parintins: uma análise do processo de implementação do curso técnico em informática (2007-2012).  | 2016 |
|                  | Tese de Silvia Cristina Conde Nogueira              | II fase da política de expansão da Rede Federal de educação profissional e tecnológica no Amazonas: acesso ampliado e precarizado à educação pública.   | 2016 |
| TERCEIRO MOMENTO | Dissertação de Cybelle Dutra da Silva               | Implementação das políticas de educação profissional técnica de nível médio expressa na escola técnica estadual Cícero Dias- Recife /PE (2010-2014).  | 2015 |
|                  | Dissertação de Érika Roberta da Silva Lima          | Ensino médio e educação profissional no Brasil: um estudo exploratório das políticas educacionais (1990- 2010).   | 2015 |
|                  | Dissertação de Francisca Natália da Silva           | Ensino médio integrado à educação profissional: a implementação do programa Brasil profissionalizado em Mossoró/RN.   | 2016 |

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

## APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O (A) Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa ANÁLISE DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM ADMINISTRAÇÃO, NA FORMA INTEGRADA, NO IFAM/CAMPUS MANAUS ZONA LESTE: DO PROJETO ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, que tem como objetivo: *discutir as concepções das professoras e dos professores que atuam no Curso do EMI em Administração, no IFAM/CMZL, sobre a proposta formativa constante no PPC, descrevendo de que forma tal proposta se efetiva nas suas práticas pedagógicas cotidianas, assim como, apresentar, a partir da legislação vigente, os pressupostos que fundamentam a proposição do Curso do EMI; descrever, com base no PPC, a proposta formativa do Curso do EMI em Administração.; identificar as concepções das professoras e dos professores, que atuam no Curso do EMI em Administração, sobre a proposta formativa constante no PPC; analisar, a partir das concepções das professoras e dos professores, as aproximações e distanciamentos entre suas práticas pedagógicas cotidianas e a proposta formativa do Curso do EMI em Administração constante no PPC.*

Este estudo resultará na Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle – Canoas, RS.

O motivo deste convite é que o (a) Sr. (a) se enquadra no seguinte critério: *docente do curso técnico de nível médio em administração, na forma integrada, do IFAM/CMZL.*

O (A) Sr. (a) poderá deixar de participar da pesquisa caso não se sinta livre para responder às perguntas feitas ou não tenha interesse em ter suas ideias analisadas e posteriormente publicadas.

A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e privacidade, sem a divulgação do seu nome, endereço ou função. O (A) Sr. (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada.

O (a) Senhor (a) ao aceitar participar da pesquisa deverá:

1. Aceitar participar da pesquisa, o que corresponderá à assinatura do TCLE, o qual poderá ser impresso se assim o desejar.

## 2. Responder ao questionário on-line.

O questionário será on-line e, portanto, respondido no momento e local de sua preferência, o qual foi elaborado com o intuito de que o tempo gasto para seu preenchimento seja mínimo, em torno de 5 a 15 minutos. Não é obrigatório responder a todas as perguntas se assim você o desejar.

Esta pesquisa envolve riscos, como o de o participante se sentir constrangido e/ou desconfortável por não conhecer o PPC ou ainda com outra questão. Esse risco será minimizado uma vez que o questionário será respondido na forma on-line e não será necessário responder qualquer questão que o deixe desconfortável. Existem riscos característicos do ambiente virtual em função das limitações das tecnologias utilizadas, como por exemplo a violação dos dados coletados. Para minimizar esses riscos, a caracterização deles será feita por codificação de sua identidade e não será obrigatório o preenchimento de nome e e-mail.

Os possíveis benefícios em participar deste estudo, além de auxiliar no planejamento, execução, acompanhamento e reestruturação do Curso Técnico de nível médio em Administração, na forma integrada, do IFAM Campus Manaus Zona Leste para que atenda às políticas públicas da educação profissional e tecnológica, conforme legislação vigente. Esse benefício em participar é indireto, proporcionando retorno social através de melhorias ao curso e da publicação dos resultados da pesquisa em periódicos científicos. Os benefícios diretos são proporcionar ao participante maior contato com o PPC e a oportunidade de reflexão sobre o curso.

Todos os dados obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente com finalidades científicas conforme previsto no consentimento do participante.

O (a) Senhor (a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer necessidade de justificativa.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos.

A sua privacidade será mantida através da não identificação do seu nome. Ao concordar com este termo de consentimento livre e esclarecido será considerado anuência quando responder ao questionário on-line e cópia dele será automaticamente enviada para seu endereço eletrônico informado.

- Declaro que fui informado (a) sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito são sigilosos.

## APÊNDICE C – Questionário Professora/Professor

1. Numa escala de 0 a 5, sendo 0 a pior avaliação e 5 a melhor, o quanto você conhece do PPC do Curso técnico de nível médio em administração, na forma integrada, do IFAM/CMZL?

0

1

2

3

4

5

2. Que fatores contribuem para seu conhecimento/desconhecimento do PPC? (marcar mais de uma)

Interesse próprio

Necessidade

Incentivo da Instituição

Exigência da coordenação do curso

Outro (especifique): \_\_\_\_\_.

3. A partir do seu conhecimento do PPC você considera que consegue alinhar a proposta formativa do Curso com suas práticas educativas?

Sim

Não

Parcialmente

Não sei

4. Você identifica o desenvolvimento de práticas integradoras e interdisciplinares no desenvolvimento do Curso técnico de nível médio em administração, na forma integrada? Se sim, quais?

5. A partir da resposta dada na questão anterior, descreva de que maneira acontece o alinhamento da proposta formativa do Curso com suas práticas educativas.

6. Numa escala de 0 a 5, sendo 0 a nota mais baixa e 5 a mais alta, como você caracteriza o PPC do Curso técnico de nível médio em administração, na forma integrada, do IFAM/CMZL?

Atualizado

- ( ) Bem fundamentado
- ( ) Coerente com a proposta do IFAM
- ( ) Construído coletivamente
- ( ) Dinâmico
- ( ) Emancipatório
- ( ) Inovador
- ( ) Integração entre a educação, ciência, tecnologia e cultura
- ( ) Integração sequencial dos conteúdos didáticos
- ( ) Relação entre teoria e prática

7. De que maneira as características apontadas acima favorecem/dificultam a sua prática cotidiana como professora/professor?

8. Qual a sua concepção a respeito da Educação Profissional Técnica integrada ao Ensino Médio?

## ANEXO A – Carta de Anuência



|   |
|---|
| Título do Projeto:<br><b>ANÁLISE DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM ADMINISTRAÇÃO, NA FORMA INTEGRADA, NO IFAM/CAMPUS MANAUS ZONA LESTE: DO PROJETO ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS</b> |
| Nome do Pesquisador Responsável:<br><b>Eline Ribeiro Minuzzo dos Santos</b>   |

Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial as resoluções CNS 466/12 e 510/16. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Nome da Instituição: **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus Manaus Zona Leste**

Aildo da Silva Gama  
 Diretor Geral Substituto do IFAM-CMZL  
 Port. Nº 1184 - QU/IFAM, de 08/09/20

Assinado de forma digital por AILDO DA SILVA GAMA  
 DN: cn=AILDO DA SILVA GAMA, o=IFAM, ou=CMZL,  
 email=AILDOGAMA@IFAM.EDU.BR, c=BR  
 Dados: 2021.04.08-12:12:49 -04'00'

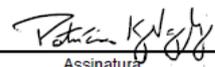
Assinatura e carimbo do responsável institucional

## ANEXO B – Folha de Rosto Plataforma Brasil/Comitê de Ética

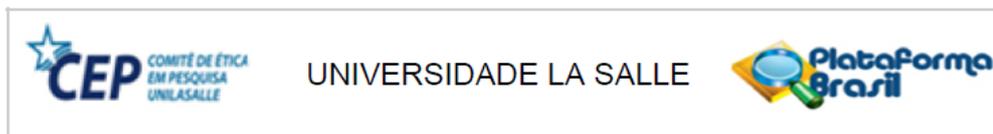


MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

## FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

|  |  |   |   |
|--|--|---|---|
| 1. Projeto de Pesquisa:<br>ANÁLISE DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM ADMINISTRAÇÃO, NA FORMA INTEGRADA, NO IFAM/CAMPUS MANAUS ZONA LESTE: DO PROJETO ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS  |  |   |   |
| 2. Número de Participantes da Pesquisa: 20   |  |   |   |
| 3. Área Temática:  |  |   |   |
| 4. Área do Conhecimento:<br>Grande Área 7. Ciências Humanas  |  |   |   |
| <b>PESQUISADOR RESPONSÁVEL</b>   |  |   |   |
| 5. Nome:<br>Eline Ribeiro Minuzzo dos Santos   |  |   |   |
| 6. CPF:<br>833.369.822-00  | 7. Endereço (Rua, n.º):<br>VIEIRA DO MAR DISTRITO INDUSTRIAL II Q. 03 MANAUS AMAZONAS 69007044 |   |   |
| 8. Nacionalidade:<br>BRASILEIRO  | 9. Telefone:<br>92985312433  | 10. Outro Telefone:   | 11. Email:<br>eline.202010196@unilasalle.edu.br |
| <p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p> |  |   |   |
| Data: 01 / 06 / 2021   |  | <br>Assinado de forma digital por<br>Eline Ribeiro Minuzzo dos Santos:83336982200<br>Dados: 2021.06.01 05:21:08 -03'00'         |   |
| Assinatura   |  |   |   |
| <b>INSTITUIÇÃO PROPONENTE</b>  |  |   |   |
| 12. Nome:<br>SOCIEDADE PORVIR CIENTIFICO   | 13. CNPJ:<br>92.741.990/0040-43  | 14. Unidade/Orgão:  |   |
| 15. Telefone:<br>(51) 3476-8500  | 16. Outro Telefone:  |   |   |
| <p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>  |  |   |   |
| Responsável: <u>Patrícia Kayser Vargas Mangan</u>  |  | CPF: <u>677.179.260/91</u>  |   |
| Cargo/Função: <u>Diretora de Pesquisa e Pós-graduação Stricto Sensu</u>  |  |   |   |
| Data: 1 / 06 / 2021  |  | <br>Assinatura<br>Patrícia Kayser Vargas Mangan<br>Diretora de Pesquisa e Pós-graduação Stricto Sensu<br>Universidade La Salle |   |
| <b>PATROCINADOR PRINCIPAL</b>  |  |   |   |
| Não se aplica.   |  |   |   |

## ANEXO C – Parecer do Comitê de Ética Universidade La Salle



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** ANÁLISE DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM ADMINISTRAÇÃO, NA FORMA INTEGRADA, NO IFAM/CAMPUS MANAUS ZONA LESTE: DO PROJETO ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

**Pesquisador:** Eline Ribeiro Minuzzo dos Santos

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 48077121.2.0000.5307

**Instituição Proponente:** SOCIEDADE PORVIR CIENTIFICO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 4.864.346

**Apresentação do Projeto:**

Terceira versão de projeto da linha de pesquisa em Gestão, Educação e Políticas Públicas do PPG Educação da Universidade La Salle, tendo como objetivo geral discutir sobre as concepções dos professores que atuam no Curso do ensino médio integrado (EMI) em Administração, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), campus Manaus Zona Leste (CMZL), sobre a proposta formativa constante no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), descrevendo de que forma tal proposta se efetiva nas suas práticas cotidianas

**Hipótese:**

A hipótese desta pesquisa está relacionada com a possibilidade de o PPC do Curso Técnico do EMI em Administração do IFAM/CMZL estar ou não sendo efetivado na prática cotidiana dos professores. De maneira mais específica, parte-se da hipótese de que a proposta formativa do PPC não é devidamente conhecida pelos professores do curso. Esta hipótese se fundamenta em observação anterior, por ser a pesquisadora e professora no referido curso.

**Metodologia:** A metodologia utilizada nesta pesquisa será de cunho empírico, fazendo uso da técnica de pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, de natureza aplicada a um campo de estudo, com aspectos exploratórios-descritivos. A abordagem desta pesquisa sob ponto de vista do problema será através da pesquisa qualitativa de natureza aplicada a um campo

**Endereço:** Avenida Victor Barreto, 2288, Prédio 06 - 3º andar  
**Bairro:** Centro **CEP:** 92.010-000  
**UF:** RS **Município:** CANOAS  
**Telefone:** (51)3476-8452 **Fax:** (51)3472-3511 **E-mail:** cep.unilasalle@unilasalle.edu.br



Continuação do Parecer: 4.864.346

de estudo, com o objetivo de gerar conhecimentos para aplicação prática em relação a solução de problemas, partindo de um problema geral para o particular

Local de realização: A pesquisa está contextualizada em uma instituição de ensino profissional e tecnológica, concentrando-se no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, campus Manaus Zona Leste.

Amostra: Os participantes para a pesquisa serão os professores que atuam no Curso do EMI em Administração. Tamanho da amostra: 34.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Discutir sobre as concepções dos professores que atuam no Curso do EMI em Administração, no IFAM/CMZL, sobre a proposta formativa constante no PPC, descrevendo de que forma tal proposta se efetiva nas suas práticas cotidianas.

Objetivo Secundário:

- a) Apresentar, a partir da legislação vigente, os pressupostos que fundamentam a proposição do Curso do EMI.
- b) Descrever, com base no PPC, a proposta formativa do Curso do EMI em Administração.
- c) Identificar quais são as concepções dos professores, que atuam no Curso do EMI em Administração, sobre a proposta formativa constante no PPC.
- d) Analisar, a partir das concepções dos professores, as aproximações e distanciamentos entre suas práticas cotidianas e a proposta formativa do Curso do EMI em Administração constante no PPC.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos

Esta pesquisa envolve riscos, como de o participante se sentir constrangido e/ou desconfortável por não conhecer o PPC ou ainda com outra questão. Esse risco será minimizado uma vez que o questionário será respondido na forma on-line e não será necessário responder qualquer questão que o deixe desconfortável. Existem riscos característicos do ambiente virtual em função das limitações das tecnologias utilizadas, como por exemplo a violação dos dados coletados. Para minimizar esses riscos, a caracterização deles será feita por codificação de sua identidade e não será obrigatório o preenchimento de nome e e-mail.

Endereço: Avenida Victor Barreto, 2288, Prédio 06 - 3º andar  
 Bairro: Centro CEP: 92.010-000  
 UF: RS Município: CANOAS  
 Telefone: (51)3476-8452 Fax: (51)3472-3511 E-mail: cep.unilasalle@unilasalle.edu.br



UNIVERSIDADE LA SALLE



Continuação do Parecer: 4.864.346

**Benefícios:**

Os possíveis benefícios em participar deste estudo, além de auxiliar no planejamento, execução, acompanhamento e reestruturação do Curso Técnico de nível médio em Administração, na forma integrada, do IFAM Campus Manaus Zona Leste para que atenda as políticas públicas da educação profissional e tecnológica, conforme legislação vigente. Esse benefício em participar é indireto, proporcionando retorno social através de melhorias ao curso e da publicação dos resultados da pesquisa em periódicos científicos. Os benefícios diretos são de proporcionar ao participante o contato maior com o PPC e a oportunidade de reflexão sobre o curso.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Projeto exequível e adequado após as correções realizadas pelo pesquisador.

Apontamos ainda que o cronograma não foi atualizado devidamente com as novas versões.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Apresentados conforme rotina do CEP.

**Recomendações:**

Aprovar.

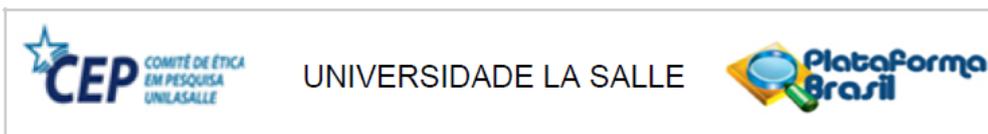
**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Reforçamos a pesquisadora que o cronograma deve ser atualizado para a coleta de dados após a aprovação. Tendo em vista os vários contatos mantidos com o CEP para esclarecimentos esse alerta vai como uma orientação educativa.

**Considerações Finais a critério do CEP:****Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

| Tipo Documento  | Arquivo                                       | Postagem               | Autor                            | Situação |
|---|---|------------------------|----------------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto                            | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1731356.pdf | 19/07/2021<br>18:11:59 |                                  | Aceito   |
| Outros  | Carta_Resposta_2.pdf                          | 19/07/2021<br>18:10:54 | Eline Ribeiro Minuzzo dos Santos | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_VERSAO3.pdf                              | 19/07/2021<br>18:10:29 | Eline Ribeiro Minuzzo dos Santos | Aceito   |
| Outros  | Carta_Resposta.pdf                            | 05/07/2021             | Eline Ribeiro                    | Aceito   |

Endereço: Avenida Victor Barreto, 2288, Prédio 06 - 3º andar  
 Bairro: Centro CEP: 92.010-000  
 UF: RS Município: CANOAS  
 Telefone: (51)3476-8452 Fax: (51)3472-3511 E-mail: cep.unilasalle@unilasalle.edu.br



Continuação do Parecer: 4.864.346

|   |   |                        |                                  |        |
|---|---|------------------------|----------------------------------|--------|
| Outros                                    | Carta_Resposta.pdf                            | 11:58:59               | Minuzzo dos Santos               | Aceito |
| Outros                                    | 2_Formulario_Protocolo_de_Pesquisa.pdf        | 02/07/2021<br>20:27:40 | Eline Ribeiro Minuzzo dos Santos | Aceito |
| Outros                                    | 1_Formulario_de_Encaminhamento_do_Projeto.pdf | 02/07/2021<br>20:26:46 | Eline Ribeiro Minuzzo dos Santos | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Projeto_de_Pesquisa.pdf                       | 02/07/2021<br>20:24:12 | Eline Ribeiro Minuzzo dos Santos | Aceito |
| Declaração de concordância                | 3_Declaracao_de_Coparticipante.pdf            | 02/06/2021<br>16:57:43 | Eline Ribeiro Minuzzo dos Santos | Aceito |
| Folha de Rosto                            | Folha_de_Rosto.pdf                            | 02/06/2021<br>16:48:27 | Eline Ribeiro Minuzzo dos Santos | Aceito |

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

CANOAS, 23 de Julho de 2021

---

**Assinado por:**  
**Sonara Lúcia Estima**  
**(Coordenador(a))**

Endereço: Avenida Victor Barreto, 2288, Prédio 06 - 3º andar  
 Bairro: Centro CEP: 92.010-000  
 UF: RS Município: CANOAS  
 Telefone: (51)3476-8452 Fax: (51)3472-3511 E-mail: cep.unilasalle@unilasalle.edu.br

## ANEXO D – Parecer do Comitê de Ética IFAM

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
¿ IFAM



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

Elaborado pela Instituição Coparticipante

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** ANÁLISE DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM ADMINISTRAÇÃO, NA FORMA INTEGRADA, NO IFAM/CAMPUS MANAUS ZONA LESTE: DO PROJETO ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

**Pesquisador:** Eline Ribeiro Minuzzo dos Santos

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 48077121.2.3001.8119

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 4.992.533

**Apresentação do Projeto:**

Trata-se de um projeto de Mestrado no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade La Salle (Canoas/RS), cujo título é "ANÁLISE DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM ADMINISTRAÇÃO, NA FORMA INTEGRADA, NO IFAM/CAMPUS MANAUS ZONA LESTE: DO PROJETO ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS". O projeto está inserido na linha de pesquisa em Gestão, Educação e Políticas Públicas, tendo como objetivo geral discutir sobre as concepções dos professores que atuam no Curso do ensino médio integrado (EMI) em Administração, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), campus Manaus Zona Leste (CMZL). A pesquisa possui cunho empírico, fazendo uso da técnica de pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, de natureza aplicada a um campo de estudo, com aspectos exploratórios-descritivos, adotando como fonte de coleta de dados, a análise do documento da legislação sobre o Curso do EMI em Administração, análise documental do PPC do EMI em Administração, do CMZL e aplicação de questionário para os professores que atuam no curso, disponibilizado online. A metodologia pretendida para a análise dos dados será a Análise Textual Discursiva (ATD). Como resultado a pesquisadora pretende verificar se o PPC do Curso Técnico do EMI em Administração do IFAM/CMZL está ou não sendo efetivado na prática cotidiana dos professores.

**Endereço:** Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus ¿ AM

**Bairro:** CENTRO **CEP:** 69.025-010

**UF:** AM **Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3306-0060

**E-mail:** cepsh.pggi@ifam.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
¿ IFAM



Continuação do Parecer: 4.992.533

**Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Geral:**

Discutir sobre as concepções dos professores que atuam no Curso do EMI em Administração, no IFAM/CMZL, sobre a proposta formativa constante no PPC, descrevendo de que forma tal proposta se efetiva nas suas práticas cotidianas.

**Objetivos específicos:**

- a) Apresentar, a partir da legislação vigente, os pressupostos que fundamentam a proposição do Curso do EMI.
- b) Descrever, com base no PPC, a proposta formativa do Curso do EMI em Administração.
- c) Identificar quais são as concepções dos professores, que atuam no Curso do EMI em Administração, sobre a proposta formativa constante no PPC.
- d) Analisar, a partir das concepções dos professores, as aproximações e distanciamentos entre suas práticas cotidianas e a proposta formativa do Curso do EMI em Administração constante no PPC.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos, apontados nos documentos Informações Básicas do Projeto, no TCLE, e no Projeto de Pesquisa, são: de o participante se sentir constrangido e/ou desconfortável por não conhecer o PPC ou ainda com outra questão. Esse risco será minimizado uma vez que o questionário será respondido na forma on-line e não será necessário responder qualquer questão que o deixe desconfortável. Existem riscos característicos do ambiente virtual em função das limitações das tecnologias utilizadas, como por exemplo a violação dos dados coletados. Para minimizar esses riscos, a caracterização deles será feita por codificação de sua identidade e não será obrigatório o preenchimento de nome e e-mail.

As estratégias de mitigação dos riscos conforme já descrito.

Os benefícios são: auxiliar no planejamento, execução, acompanhamento e reestruturação do Curso Técnico de nível médio em Administração, na forma integrada, do IFAM Campus Manaus Zona Leste para que atenda as políticas públicas da educação profissional e tecnológica, conforme legislação vigente e proporcionar ao participante o contato maior com o PPC e a oportunidade de reflexão sobre o curso.

Os benefícios estão descritos nos documentos Informações Básicas do Projeto, no TCLE, e no Projeto de Pesquisa.

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus ¿ AM  
Bairro: CENTRO CEP: 69.025-010  
UF: AM Município: MANAUS  
Telefone: (92)3306-0060 E-mail: cepsh.pggi@ifam.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
¿ IFAM**



Continuação do Parecer: 4.992.533

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa possui relevância para a área do ensino e seus objetivos estão claros, bem redigidos e adequados ao tipo de pesquisa proposta, sendo perfeitamente possíveis de se alcançar em virtude da metodologia sugerida.

O estudo adota como fonte de coleta de dados, a análise do documento da legislação sobre o Curso do EMI em Administração, análise documental do PPC do EMI em Administração, do CMZL do IFAM e aplicação de questionário para os professores que atuam no curso, disponibilizado online.

A pesquisa poderá apresentar importantes contribuições para o campo de investigação em que se insere ao discutir sobre as concepções dos professores que atuam no Curso do ensino médio integrado (EMI) em Administração, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), campus Manaus Zona Leste (CMZL).

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Acerca dos documentos necessários à avaliação ética da pesquisa, segundo Resoluções CNS n.º 466/12 e CNS n.º. 510/16, identificamos que:

(APRESENTADO) a) Folha de rosto

Assinado pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade La Salle.

(APRESENTADO) b) Projeto Básico

(APRESENTADO) c) Projeto detalhado com todos os elementos que compõem o gênero (introdução, objetivos, hipóteses, metodologia, descrição de riscos e benefícios, etc.);

(APRESENTADO) d) Carta de anuência;

Declaração de coparticipante assinada pelo Diretor Geral Substituto do IFAM-CMZL.

(APRESENTADO) e) Declaração de uso de infraestrutura;

Declaração de coparticipante assinada pelo Diretor Geral Substituto do IFAM-CMZL.

(COM RESSALVA) f) Termo de Consentimento (TCLE) e assentimento (TALE), se for o caso;

- O TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) foi elaborado em forma de convite e contém os itens: título e objetivo da pesquisa. Dados do pesquisador responsável e do orientador do projeto. Consta a descrição dos benefícios e também dos riscos e envolvidos, com a respectiva descrição das estratégias de mitigação dos riscos elencados. Foram incluídos o telefone, o e-mail e o endereço do CEPESH/IFAM. Não constam espaços para as assinaturas do Pesquisador e Participante em todas as páginas.

(APRESENTADO) g) Instrumentos de Pesquisa;

|  |                                |
|--|--------------------------------|
| Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédido da Reitoria, 2º andar, Manaus ¿ AM |                                |
| Bairro: CENTRO   | CEP: 69.025-010                |
| UF: AM   | Município: MANAUS              |
| Telefone: (92)3306-0060  | E-mail: cepsh.pggi@ifam.edu.br |

**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS**  
¿ IFAM



Continuação do Parecer: 4.992.533

- Consta o Questionário a ser aplicado durante o estudo.

(APRESENTADO) h) Cronograma;

- Consta o Cronograma da pesquisa, no documento PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO, com as datas da Aplicação do questionário e da Análise dos dados definidas de acordo com as datas de tramitação no Sistema CEP.

(APRESENTADO) i) Orçamento

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Este colegiado, diante da análise dos autos com base nas resoluções CNS n.º 466/12 e CNS n.º. 510/16, decide pelo parecer de APROVAÇÃO do projeto de pesquisa, ressaltando a necessidade de incluir espaços para as assinaturas do Pesquisador e Participante em todas as páginas do TCLE.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

| Tipo Documento  | Arquivo                                       | Postagem               | Autor                            | Situação |
|---|---|------------------------|----------------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto                            | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1798006.pdf | 19/08/2021<br>18:48:05 |                                  | Aceito   |
| Outros  | CartaRespostaIFAM.doc                         | 19/08/2021<br>18:44:07 | Eline Ribeiro Minuzzo dos Santos | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLEAtualizadoIFAM.pdf                        | 19/08/2021<br>18:41:53 | Eline Ribeiro Minuzzo dos Santos | Aceito   |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | Projeto de Pesquisa Atualizado.pdf            | 19/08/2021<br>18:41:21 | Eline Ribeiro Minuzzo dos Santos | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_VERSAO3.pdf                              | 19/07/2021<br>18:10:29 | Eline Ribeiro Minuzzo dos Santos | Aceito   |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | Projeto_de_Pesquisa.pdf                       | 02/07/2021<br>20:24:12 | Eline Ribeiro Minuzzo dos Santos | Aceito   |

**Situação do Parecer:**

Aprovado

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus ¿ AM  
Bairro: CENTRO CEP: 69.025-010  
UF: AM Município: MANAUS  
Telefone: (92)3306-0060 E-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
¿ IFAM



Continuação do Parecer: 4.992.533

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

MANAUS, 23 de Setembro de 2021

---

**Assinado por:**  
**Tarcisio Serpa Normando**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus ¿ AM  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 69.025-010  
**UF:** AM **Município:** MANAUS  
**Telefone:** (92)3306-0060 **E-mail:** cepsh.pggi@ifam.edu.br

ANEXO E – Construção do Colégio Agrícola, endereço atual (1970)



Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023.

ANEXO F – Fachada do *campus* Manaus Zona Leste



Fonte: PDI 2019-2023.

ANEXO G – Mapeamento dos *campi* do IFAM

Fonte: Adaptado pela Autora do PDI 2019-2023.